



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Corregedoria-Geral da Advocacia da União

ANEXO

MODELOS DE ATOS E DOCUMENTOS

S u m á r i o

1. Portaria instauradora de processo administrativo disciplinar e sindicância contraditória	6
2. Requerimento de substituição de membro	7
3. Portaria de substituição de membro	8
4. Requerimento de prorrogação de prazo à autoridade instauradora	9
5. Portaria de prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos da comissão processante.....	11
6. Portaria de recondução da comissão processante.....	12
7. Portaria instauradora conjunta de processo administrativo disciplinar e sindicância contraditória	13
8. Ata de instalação e deliberações da comissão processante	14
9. Portaria de designação do secretário	16
10. Termo de compromisso do secretário não integrante da comissão	17
11. Portaria de designação do secretário <i>ad hoc</i>	18
12. Termo de compromisso do secretário <i>ad hoc</i>	19
13. Comunicação da instalação à autoridade instauradora	20
14. Comunicação da instalação ao órgão de recursos humanos/gestão de pessoas e solicitação de cópia dos assentamentos funcionais do acusado.....	21
15. Comunicação da instalação ao chefe imediato do acusado	23
16. Ata de reunião deliberativa	24
17. Intimação do acusado/procurador acerca da ata deliberativa	25
18. Ata deliberativa sujeita ao <i>ad referendum</i> dos membros da comissão processante	26
19. Ata deliberativa de ratificação.....	27
20. Notificação prévia.....	28
21. Termo de vista e cópia dos autos	30
22. Carta precatória requerendo a prática de ato (genérica).....	31
23. Intimação do acusado/procurador para acompanhar os atos instrutórios	33
24. Intimação do acusado/procurador para acompanhar oitiva de testemunha.....	34

25. Intimação de testemunha.....	35
26. Comunicação ao chefe da repartição onde serve a testemunha.....	36
27. Solicitação de comparecimento de autoridade para depor como testemunha ..	38
28. Termo de oitiva de testemunha.....	39
29. Termo de não comparecimento de testemunha.....	41
30. Comunicação de não comparecimento de testemunha servidor público ao chefe imediato.....	42
31. Certidão de comparecimento de testemunha	43
32. Termo de oitiva de testemunha a distância (videoconferência).....	44
33. Carta precatória para oitiva de testemunha e anexo com formulação de perguntas.....	47
34. Intimação do acusado/procurador informando oitiva de testemunha por carta precatória	50
35. Solicitação de comparecimento de informante.....	52
36. Termo de oitiva de informante.....	53
37. Termo de oitiva com contradita à testemunha	55
38. Termo de acareação	58
39. Ofício solicitando documentos	60
40. Requerimento da comissão processante à autoridade fiscal	61
41. Requerimento da comissão processante ao responsável da instituição financeira	63
42. Requerimento da comissão processante solicitando à Advocacia-Geral da União o afastamento do sigilo bancário.....	64
43. Requerimento de designação de perito à autoridade instauradora.....	67
44. Portaria de designação de perito	69
45. Termo de compromisso de perito	70
46. Intimação do acusado/procurador para apresentar quesitos	71
47. Intimação do acusado/procurador para ciência das conclusões da perícia	72
48. Portaria de designação de assistente técnico	73
49. Termo de diligência.....	74
50. Intimação do acusado/procurador para acompanhar diligência	76
51. Comunicação ao chefe da repartição na qual será realizada a diligência	77

52. Intimação do acusado/procurador informando acerca da realização da diligência	78
53. Intimação do acusado/procurador para dizer se ainda resta alguma prova a ser produzida	79
54. Despacho de saneamento	80
55. Intimação do acusado para interrogatório	82
56. Intimação do procurador acerca do interrogatório	83
57. Comunicação ao chefe imediato do acusado acerca do interrogatório	84
58. Termo de interrogatório	86
59. Certidão de comparecimento ao interrogatório	89
60. Termo de não comparecimento ao interrogatório	90
61. Ata de encerramento de instrução (absolvição sumária)	91
62. Ata de encerramento de instrução (indiciação).....	92
63. Termo de indicação	93
64. Mandado de citação	95
65. Citação por carta precatória	97
66. Portaria de designação do secretário <i>ad hoc</i> para promover a citação.....	99
67. Termo de diligências para localização do indiciado	100
68. Ata de deliberação decidindo pela citação por edital	102
69. Citação por edital	104
70. Termo de recusa de recebimento de citação	105
71. Diligências - citação por hora certa	107
71.1 Termo de primeira ou segunda diligência	107
71.2 Termo de terceira diligência	109
71.3 Termo de diligência e de citação por hora certa	111
71.4 Notificação a ser entregue ao indiciado pela pessoa intermediária.....	113
72. Mandado de citação por hora certa.....	114
73. Comunicação de citação por hora certa.....	116
74. Mandado de citação dirigido ao procurador do indiciado	117
75. Termo de revelia.....	119
76. Solicitação de designação de defensor dativo	120
77. Portaria de designação de defensor dativo	121

78. Relatório final	122
79. Ofício de remessa dos autos à autoridade instauradora.....	127
80. Julgamento pelo arquivamento dos autos do processo.....	128
81. Julgamento pela aplicação de penalidade	129
82. Portaria de aplicação de penalidade.....	130
83. Julgamento pela impossibilidade de aplicar penalidade	131
84. Julgamento pela declaração de nulidade total ou parcial do processo e necessidade de refazimento dos trabalhos da comissão processante.....	132
85. Conversão do julgamento em diligência	133
86. Requerimento da comissão processante de instauração de incidente de sanidade mental	134
87. Solicitação da autoridade instauradora de perícia médica ao órgão de serviço de saúde.....	136
88. Intimação ao acusado/procurador informando a instauração de incidente de sanidade mental.....	137
89. Requerimento da comissão processante de afastamento preventivo do acusado	138
90. Portaria de afastamento preventivo	140
91. Intimação do acusado informando o afastamento preventivo	141
92. Comunicação ao chefe imediato do acusado acerca do afastamento preventivo	142
93. Portaria instauradora de sindicância investigativa	143
94. Termo de opção - acumulação ilegal de cargos	144
95. Portaria instauradora - acumulação ilegal de cargos	145
96. Portaria instauradora - abandono de cargo	147
97. Portaria instauradora - inassiduidade habitual	148

1. Portaria instauradora de processo administrativo disciplinar e sindicância contraditória

Timbre do Órgão

Portaria nº, de (dia), de (mês) de (ano)

O (cargo da autoridade instauradora), no uso das atribuições previstas no (indicar dispositivo de norma que estabelece a competência para instaurar processo administrativo disciplinar ou sindicância contraditória), e tendo em vista o disposto nos artigos 143, 148 e 149 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar (indicar o nome do servidor designado presidente da comissão processante), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº; (nome do segundo membro da comissão processante), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº; e (nome do terceiro membro da comissão processante), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância Contraditória) destinada a apurar, no prazo de dias (indicar número, máximo de 60 ou 30 dias, conforme se trate de processo administrativo disciplinar ou sindicância contraditória, respectivamente), os fatos de que trata o Processo nº, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinatura)
(Nome da autoridade)

Publicado no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de/...../..... (data).

2. Requerimento de substituição de membro

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Excelência o Senhor (ou Ao Senhor)

..... (nome, cargo e endereço do órgão da autoridade instauradora)

Assunto: Requerimento de substituição de membro da Comissão Processante

Excelentíssimo Senhor (ou Senhor) (cargo da autoridade instauradora),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) por Vossa Excelência (ou Vossa Senhoria) por intermédio da Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), solicito providências no sentido de substituir (nome do membro da comissão a ser substituído), (cargo), matrícula funcional nº, membro desta Comissão, em virtude de (apontar o motivo da substituição; exemplo: impedimento, suspeição, aposentadoria, exoneração ou demissão, falecimento, entre outras), conforme se verifica no documento em anexo.

Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

3. Portaria de substituição de membro

Timbre do Órgão

Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano)

O (cargo da autoridade instauradora), no uso das atribuições previstas no (indicar dispositivo de norma que estabelece a competência para instaurar processo administrativo disciplinar), e tendo em vista o disposto nos artigos 143, 148 e 149 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar (indicar o nome do servidor que substituirá o membro da comissão processante), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, para, em substituição ao (indicar o nome do servidor a ser substituído), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, integrar a Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância Contraditória) nº, na qualidade de (membro ou presidente).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinatura)

(Nome da autoridade)

Publicado no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de/...../..... (data).

4. Requerimento de prorrogação de prazo à autoridade instauradora

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Excelência o Senhor (ou Ao Senhor)

..... (nome, cargo e endereço do órgão da autoridade instauradora)

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo do (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº

Excelentíssimo Senhor (ou Senhor) (cargo da autoridade instauradora),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) por Vossa Excelência (ou Vossa Senhoria) por intermédio da Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), solicito prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos por mais dias (indicar número, máximo de 60 ou 30 dias, conforme se trate de processo administrativo disciplinar ou sindicância contraditória, respectivamente), nos termos do (indicar dispositivo, art. 152 ou art. 145, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 1990, conforme se trate de processo administrativo disciplinar ou sindicância, respectivamente).

A dilação do prazo inicial é imperiosa, pois (justificar as razões do pedido de prorrogação de prazo; exemplo: necessita produzir mais provas antes de encerrar a instrução do processo).

Informo, também, que estão pendentes de execução os seguintes atos processuais

Por oportuno, comunico que o prazo para conclusão dos trabalhos se encerra na data de (dia) de (mês) de (ano).

Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

(Observação: o requerimento deverá justificar a não conclusão dos trabalhos no tempo devido e informar os atos ainda pendentes de execução. Deverá ser apresentado antes da expiração do prazo e em tempo hábil para apreciação da justificativa pela autoridade e emissão de nova portaria de prorrogação ou recondução)

5. Portaria de prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos da comissão processante

Timbre do Órgão

Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano)

O (cargo da autoridade instauradora), no uso das atribuições previstas no (indicar dispositivo de norma que estabelece a competência para instaurar o processo administrativo disciplinar ou a sindicância contraditória), e tendo em vista o disposto nos artigos 143, 148 e 152 (tratando-se de sindicância contraditória, substituir o art. 152 pelo art. 145, parágrafo único) da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o que consta do Processo nº, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por dias (indicar número, máximo de 60 ou 30 dias, conforme se trate de processo administrativo disciplinar ou sindicância contraditória, respectivamente), o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de (processo administrativo disciplinar ou sindicância contraditória), designada pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), em face das razões apresentadas pelo Presidente da Comissão Processante constantes do [Ofício nº, de (dia) de (mês) de (ano)].

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação (ou, se outra, indicar).

(Assinatura)

(Nome da autoridade)

Publicado no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de/...../..... (data).

6. Portaria de recondução da comissão processante

Timbre do Órgão

Portaria nº, de..... (dia) de (mês) de (ano)

O (cargo da autoridade instauradora), no uso das atribuições previstas no (indicar dispositivo de norma que estabelece a competência para instaurar o processo administrativo disciplinar ou sindicância contraditória), e tendo em vista o disposto nos artigos 143, 148 e 149 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o que consta do Processo nº, resolve:

Art. 1º Designar (indicar o nome do servidor designado presidente da comissão processante), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº; (nome do segundo membro da comissão processante), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº; e (nome do terceiro membro da comissão processante), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância Contraditória) com vistas a dar continuidade, no prazo de dias (indicar número, máximo de 60 ou 30 dias, conforme se trate de processo administrativo disciplinar ou sindicância contraditória, respectivamente), aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata o Processo nº, iniciados pela Comissão designada pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), bem assim os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

_____(Assinatura)_____
(Nome da autoridade)

Publicado no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de/...../..... (data).

7. Portaria instauradora conjunta de processo administrativo disciplinar e sindicância contraditória

Timbre do Órgão

Portaria Conjunta nº, de (dia) de (mês) de (ano)

O (cargo da autoridade instauradora) e o (cargo da autoridade instauradora), no uso das atribuições previstas no (indicar dispositivo de norma que estabelece a competência para instaurar o processo administrativo disciplinar ou sindicância contraditória), e tendo em vista o disposto nos artigos 143, 148 e 149 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolvem:

Art. 1º Designar (indicar o nome do servidor designado presidente da comissão processante), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº; (nome do segundo membro da comissão processante), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº; e (nome do terceiro membro da comissão processante), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância Contraditória) destinada a apurar, no prazo de dias (indicar número, máximo de 60 ou 30 dias, conforme se trate de processo administrativo disciplinar ou sindicância contraditória, respectivamente), os fatos de que trata o Processo nº, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

_____ (Assinatura)
(Nome da autoridade)

_____ (Assinatura)
(Nome da autoridade)

Publicado no D.O.U. nº, de
...../...../..... (data).

8. Ata de instalação e deliberações da comissão processante

Timbre do Órgão

ATA DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO PROCESSANTE

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local de instalação da comissão processante), situada no (endereço), reuniram-se os servidores, e, respectivamente, Presidente e membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), que apura os fatos referidos no processo acima mencionado.

Iniciados os trabalhos, foram deliberadas as seguintes providências:

a) comunicar a instalação da Comissão ao Senhor (cargo da autoridade instauradora) e ao Senhor (chefe do órgão de recursos humanos/gestão de pessoas referente à unidade de lotação do acusado);

b) expedir ofício à chefia do acusado, comunicando a instalação dos trabalhos;

c) requerer ao órgão de recursos humanos/gestão de pessoas a cópia dos assentamentos funcionais do servidor (nome do acusado), matrícula funcional nº, lotado no órgão

d) diligenciar junto ao(s) (órgãos, setores, etc.), para solicitar: (especificar providências solicitadas);

e) expedir ofícios ao(s) (órgãos, setores, etc.) para solicitar os seguintes documentos (ou informações):

f) extrair cópias dos autos do Processo nº (especificar);

g) notificar o acusado;

h) (outras).

O Presidente designa como Secretário da Comissão o servidor (indicar o nome do servidor designado secretário da comissão processante), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº; membro desta Comissão Processante (*se for o caso*), a teor do disposto no art. 149, §1º, da Lei nº 8.112, de 11 dezembro de 1990.

A Comissão Processante estará reunida nos dias normais de expediente (*ou, se outro, informar*), no local acima mencionado, no horário das às

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelo Presidente e pelos demais membros da Comissão Processante.

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

9. Portaria de designação do secretário

Timbre do Órgão

Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), resolve:

Art. 1º. Designar, na forma do art. 149, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o servidor (nome), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, para desempenhar as funções de Secretário da referida Comissão Processante, enquanto durarem os trabalhos apuratórios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

Publicado no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de/...../..... (data).

10. Termo de compromisso do secretário não integrante da comissão

Timbre do Órgão

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente termo, comprometo-me, perante os membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), a exercer as funções de Secretário e observar a imposição legal no tocante ao sigilo e à reserva das informações de que tiver conhecimento em razão desta função, nos termos do art. 150 da Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990, bem como praticar os demais atos necessários à consecução dos trabalhos sob minha responsabilidade com discrição, fidelidade, zelo e prudência.

..... (Cidade/UF), (dia) de..... (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do servidor designado como Secretário)

(Matrícula funcional)

11. Portaria de designação do secretário *ad hoc*

Timbre do Órgão

Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano)

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), resolve:

Art. 1º. Designar, na forma do art. 149, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o servidor (nome), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, para desempenhar as funções de Secretário *ad hoc* da referida Comissão Processante, instalada na Cidade de/ (UF), até a conclusão dos trabalhos (*ou para a prática de determinado ato referente à*).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

Publicado no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de/...../..... (data).

12. Termo de compromisso do secretário *ad hoc*

Timbre do Órgão

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente termo, comprometo-me, perante os membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de(dia) de (mês) de (ano), a exercer as funções de Secretário *ad hoc* e observar a imposição legal no tocante ao sigilo e à reserva das informações de que tiver conhecimento em virtude desta função, nos termos do art. 150 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como praticar os demais atos necessários à consecução dos trabalhos sob minha responsabilidade com discrição, fidelidade, zelo e prudência.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

(Assinatura)

(Nome do Secretário *ad hoc*)

(Matrícula funcional)

13. Comunicação da instalação à autoridade instauradora

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Excelência o Senhor (ou Ao Senhor)

..... (nome, cargo e endereço do órgão da autoridade instauradora)

Assunto: Encaminhamento de cópia da ata de instalação da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº

Excelentíssimo Senhor (ou Senhor) (cargo da autoridade instauradora),

Na qualidade de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) por Vossa Excelência (ou Vossa Senhoria) por intermédio da Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), encaminho-lhe cópia da ata de instalação da referida Comissão. Informo, também, que esta se encontra instalada no (indicar local de instalação da comissão processante), situada no (endereço), podendo ser contatada no seguinte telefone: e endereço eletrônico: (*se houver*).

Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

(Observação: é recomendável que a comunicação da instalação da comissão processante esteja acompanhada do cronograma de atividades. A comunicação poderá apontar, ainda, eventuais dificuldades materiais encontradas para desenvolvimento dos trabalhos).

14. Comunicação da instalação ao órgão de recursos humanos/gestão de pessoas e solicitação de cópia dos assentamentos funcionais do acusado

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Senhoria o Senhor

..... (nome, cargo e endereço do chefe do órgão de recursos humanos/gestão de pessoas referente à unidade de lotação do acusado)

Assunto: Comunica a instalação de Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância).

Senhor..... (cargo do chefe do órgão de recursos humanos/gestão de pessoas referente à unidade de lotação do acusado),

Comunico a Vossa Senhoria a instalação, na data de (dia) de (mês) de (ano), da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, designada pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no (Boletim de Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), para apuração dos supostos fatos noticiados no Processo nº, figurando como acusado o servidor (nome do acusado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no(a) (órgão), para fins do art. 172 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Na oportunidade, com vistas a instruir os autos disciplinares em referência, solicito o envio de cópia integral dos assentamentos funcionais do citado servidor e que seja informado eventual pedido de afastamento, período de férias marcadas e outras

situações julgadas relevantes.

Atenciosamente,

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

15. Comunicação da instalação ao chefe imediato do acusado

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Senhoria o Senhor

..... (nome, cargo e endereço do chefe imediato do acusado)

Assunto: Comunica a instalação de Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância).

Senhor (cargo do chefe imediato do acusado),

Comunico a Vossa Senhoria a instalação, na data de (dia) de (mês) de (ano), da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, designada pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no (Boletim de Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), para apuração dos supostos fatos noticiados no Processo nº, figurando como acusado o servidor (nome do acusado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no(a) (órgão).

Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

16. Ata de reunião deliberativa

Timbre do Órgão

ATA DELIBERATIVA Nº

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local de instalação da comissão processante), reunidos os servidores, e, respectivamente Presidente e membros da Comissão Processante de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), deliberaram o seguinte:

Nada mais havendo a consignar, foi encerrada a reunião e, para constar, lavrada a presente ata, para os fins do art. 152, § 2º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que segue assinada pelos membros da Comissão presentes.

_____(Assinatura)
 (Nome do Presidente da comissão)

_____(Assinatura)
 (Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)
 (Nome do membro da comissão)

17. Intimação do acusado/procurador acerca da ata deliberativa

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

(nome e endereço do acusado/procurador)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), NOTIFICA Vossa Senhoria acerca do teor da Ata Deliberativa nº de (dia) de (mês) de (ano), cuja cópia segue em anexo.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____

(Nome do Presidente da comissão)

Recebi.

Cidade/UF, (dia) de..... (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____

(Nome e assinatura do acusado/procurador)

18. Ata deliberativa sujeita ao *ad referendum* dos membros da comissão processante

Timbre do Órgão

ATA DELIBERATIVA Nº

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local de instalação da comissão processante), reunidos os servidores e, respectivamente Presidente e membro (ou membros) da Comissão Processante designada pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), (*incluir também, se houver, portaria superveniente, alterando, por exemplo, a composição da comissão*), que apura os fatos constantes no Processo nº, deliberou-se o seguinte:

Ausente, justificadamente, o servidor (nome do membro da comissão ausente).

Nada mais havendo a consignar, foi encerrada a reunião e, para constar, lavrada a presente ata, para os fins do art. 152, § 2º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que segue assinada pelos membros da Comissão presentes.

_____ (Assinatura) _____
 (Nome do Presidente ou membro da comissão)

_____ (Assinatura) _____
 (Nome do membro da comissão)

19. Ata deliberativa de ratificação

Timbre do Órgão

ATA DELIBERATIVA DE RATIFICAÇÃO Nº

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local de instalação da comissão processante), reunidos os servidores, e, respectivamente Presidente e membros da Comissão Processante designada pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), *(incluir também, se houver, portaria superveniente, alterando, por exemplo, a composição da comissão)*, que apura os fatos constantes no Processo nº, decidiram por RATIFICAR as deliberações constantes da Ata nº, de (dia) de (mês) de (ano), cuja reunião foi realizada, justificadamente, sem a presença do membro (nome do membro ausente).

Nada mais havendo a consignar, foi encerrada a reunião e, para constar, lavrada a presente ata, para os fins do art. 152, § 2º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que segue assinada por todos os membros da Comissão Processante.

_____(Assinatura)_____
 (Nome do Presidente da comissão)

_____(Assinatura)_____
 (Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)_____
 (Nome do membro da comissão)

20. Notificação prévia

Timbre do Órgão

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), NOTIFICA Vossa Senhoria dos fatos constantes no sobredito processo, no qual figura na condição de acusado, sendo-lhe facultado acompanhá-lo, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, ter vista dos autos, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos quando se tratar de prova pericial, nos termos do art. 156 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

A presente Comissão encontra-se instalada no seguinte endereço:, exercendo as suas atividades no horário das às e pode ser contatada no telefone: e endereço eletrônico: (*se houver*).

Nesta oportunidade, INTIMO Vossa Senhoria, (nome do acusado), para, no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento desta, caso deseje, apresentar o rol de testemunhas a serem ouvidas por esta Comissão Processante, indicando-se a pertinência do seu testemunho com os fatos tratados nos autos, declinando, na oportunidade, o nome e o endereço de cada uma delas. Em se tratando de testemunha servidor público, informar o cargo e a respectiva lotação, para fins do disposto nos arts. 157, parágrafo único, e 173, inciso I, ambos da Lei nº 8.112, de 1990. No mesmo prazo de 5 (cinco) dias, poderá ser requerida a produção de outras provas tidas como indispensáveis à elucidação dos referidos fatos.

Por fim, registre-se que a presente notificação decorre dos fatos apontados no (indicar documento/processo contendo a descrição dos supostos fatos a serem apurados), alusivo ao processo acima mencionado, bem como por fatos, ações ou omissões que venham a ser conhecidos no curso da instrução do processo ou que, por força do contexto apuratório, se afigurem como conexos aos fatos já referidos.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

Anexos:

Cópia integral do presente processo (até fl.), inclusive seus anexos e apensos.

Recebi a notificação prévia e os documentos anexos.

Cidade/UF, (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome e assinatura do acusado)

21. Termo de vista e cópia dos autos

Timbre do Órgão

TERMO DE VISTA E CÓPIA DOS AUTOS

Processo nº:

Interessado:

Nesta data, procedi à abertura de vista ao interessado abaixo indicado, o qual tomou ciência dos atos e termos do presente processo:

() Interessado: (nome)

() Procurador/Advogado: (nome) (procuração às fls.).

Recebi cópia de fls. a

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____ (Assinatura) _____
 (Nome e assinatura do secretário da comissão)

Recebi. Cidade/UF, (dia) de (mês) de (ano).
--

_____ (Assinatura) _____ (Nome e assinatura do acusado/procurador)

22. Carta precatória requerendo a prática de ato (genérica)

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Senhoria o Senhor

..... (nome, cargo e endereço da autoridade deprecada)

Assunto: Encaminha Carta Precatória.

Senhor..... (cargo da autoridade deprecada),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), encaminho, em anexo, Carta Precatória, solicitando o cumprimento da providência mencionada.

Atenciosamente,

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

Timbre do Órgão

CARTA PRECATÓRIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (OU SINDICÂNCIA) Nº.....

DEPRECANTE:	(nome do Presidente da comissão)
DEPRECADO:	(nome e cargo da autoridade deprecada)
ORIGEM:	(número do processo)
OBJETO:	(descrever a finalidade da carta precatória e o fundamento legal). Exemplos: a) proceder à determinada diligência (indicar), nos termos do art. da Lei nº 8.112, de 1990.
ANEXOS:	(indicar os documentos que estão sendo encaminhados em anexo)
PRAZO	(indicar prazo para cumprimento da precatória)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

23. Intimação do acusado/procurador para acompanhar os atos instrutórios

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

..... (nome e endereço do acusado/procurador)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº....., de (dia) de..... (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), com fundamento no art. 156 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, INTIMA Vossa Senhoria para (especificar o ato a ser realizado; exemplo: acompanhar determinada diligência), a ser realizado(a) em (dia) de..... (mês) de (ano), às horas, no seguinte endereço:
..... .

Informo que Vossa Senhoria poderá comparecer aos referidos atos processuais pessoalmente e/ou acompanhado de advogado devidamente constituído nos autos, e que eles serão praticados independentemente do vosso comparecimento e/ou de seu procurador.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

Recebi: Cidade/UF, (dia) de..... (mês) de (ano). _____(Assinatura)_____ (Nome e assinatura do acusado e/ou procurador)

24. Intimação do acusado/procurador para acompanhar oitiva de testemunha

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

..... (nome e endereço do acusado/procurador)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), com fundamento no art. 156 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, INTIMA Vossa Senhoria das datas e horários em que serão ouvidas as testemunhas arroladas pela Comissão (e/ou pela defesa, *se for o caso*). Informo que poderá comparecer aos referidos atos processuais pessoalmente e/ou acompanhado de advogado devidamente constituído nos autos.

NOME DA TESTEMUNHA	DATA	HORA
...../...../.....
...../...../.....

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

Recebi:

Cidade/UF, (dia) de (mês) de (ano).

(Nome e assinatura do acusado/procurador)

25. Intimação de testemunha

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

.....

(nome, cargo e órgão de lotação da testemunha, em se tratando de servidor público)

ou

(nome e endereço da testemunha, não sendo servidor público)

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), com fundamento no disposto no art. 157 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, INTIMO Vossa Senhoria a comparecer perante esta Comissão, no dia de (mês) de (ano), às horas, no seguinte endereço:, a fim de prestar depoimento, como TESTEMUNHA, acerca dos fatos a que se refere o processo administrativo supramencionado.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

Recebi. Cidade/UF, (dia) de (mês) de (ano).
--

_____(Assinatura)_____ (Nome da testemunha)
--

26. Comunicação ao chefe da repartição onde serve a testemunha

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Senhoria o Senhor

..... (nome, cargo e endereço do chefe da repartição)

Assunto: Comunicação de depoimento

Senhor (cargo do servidor chefe da repartição),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), informo a Vossa Senhoria, nos termos do art. 157, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que foi designada a data de (dia) de (mês) de (ano), às horas, para oitiva do servidor (nome do servidor intimado), lotado nesta repartição, para prestar depoimento na qualidade de testemunha, sobre os fatos de que trata o processo administrativo supramencionado, ocasião em que deverá comparecer à sede da Comissão, nesta cidade, no seguinte endereço:

Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

Recebi.

Cidade/UF, (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do chefe da repartição)

27. Solicitação de comparecimento de autoridade para depor como testemunha

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Excelência o Senhor (ou Ao Senhor)

..... (nome e endereço da testemunha)

Assunto: Solicitação de comparecimento para depor como testemunha

Excelentíssimo Senhor (ou Senhor) (cargo da autoridade),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), informo que, pela Ata nº, de (dia) de (mês) de (ano), cópia anexa, esta Comissão considerou necessário colher o depoimento de Vossa Excelência (ou Vossa Senhoria) sobre os fatos em apuração no processo administrativo supramencionado, razão pela qual solicito o obséquio de Vossa Senhoria/Excelência declinar o local, dia e horário para a realização da sua oitiva.

Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

28. Termo de oitiva de testemunha

Timbre do Órgão

TERMO DE OITIVA DE TESTEMUNHA

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local onde ocorre a oitiva, que pode ser o mesmo de instalação da comissão processante), situada no (endereço), presentes os Srs., e, respectivamente Presidente e membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), compareceu para prestar depoimento, na qualidade de testemunha, o Sr. (nome da testemunha), (cargo/profissão), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), (naturalidade), (estado civil), Carteira de Identidade nº, CPF nº, residente e domiciliado à (endereço), sobre os fatos referidos no processo administrativo acima mencionado.

(Observação: é recomendável que a comissão processante solicite, para conferência, a apresentação do documento de identidade da testemunha ou outro documento pessoal com foto).

Presentes à audiência o acusado Sr. (nome), acompanhado do seu advogado Dr. (nome), OAB nº, procuração constante à fl. dos autos, foram advertidos de que lhes é vedado interferir nas perguntas feitas pelos membros da Comissão e nas respostas da testemunha, havendo a faculdade, porém, de reinquiri-la, por intermédio do Presidente da Comissão, após promovida a inquirição por parte dos membros, com base no disposto no art. 159, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990.

(Observação: não é obrigatória a presença do acusado ou de seu procurador).

O Presidente perguntou à testemunha se, em relação ao acusado, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até o 3º grau, se atua ou atuou como procurador

ou perito nos presentes autos, se tem interesse direto ou indireto na matéria objeto do processo, ou se há alguma circunstância que possa comprometer seu depoimento, tendo respondido que não. Prestando o compromisso legal, foi advertida de que, se faltar com a verdade, incorrerá no crime de falso testemunho, nos termos do artigo 342 do Código Penal.

Passando-se à inquirição, às perguntas que lhe foram feitas pelo Presidente assim respondeu:

Às perguntas que lhe foram feitas pelos membros da Comissão Processante assim respondeu:

Às perguntas que lhe foram feitas pelo acusado ou seu advogado (se presentes), por intermédio do Presidente, assim respondeu:

Dada a palavra à testemunha para acrescentar mais alguma informação ao presente depoimento, disse que:

(Observação: deve ser registrada a indicação de que a testemunha se compromete a trazer aos autos determinado documento ou prova, em certo prazo, se for o caso, bem como qualquer incidente relevante ocorrido na oitiva).

A seguir, feita a leitura do presente termo para que a testemunha, se desejasse, indicasse as retificações que entendesse necessárias, disse não ter retificações a fazer. Determinado o encerramento do presente termo que, lido e achado conforme, foi rubricado por todos os presentes.

Comissão:

_____ (Assinatura) _____ (Assinatura) _____ (Assinatura)
 (Nome do Presidente) (Nome do membro) (Nome do membro)

Secretário *(se tal incumbência não recair em um dos membros)*:

_____ (Assinatura) _____
 (Nome do secretário)

Testemunha:

_____ (Assinatura) _____
 (Nome da testemunha)

Acusado/Advogado *(se presentes)*:

_____ (Assinatura) _____ (Assinatura)
 (Nome do acusado) (Nome do advogado e número da OAB)

29. Termo de não comparecimento de testemunha

Timbre do Órgão

TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO DE TESTEMUNHA

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local designado para a oitiva), situado no (endereço), com a presença dos membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), registra-se o **não comparecimento**, injustificadamente, do Sr. (nome da testemunha), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), embora regularmente intimado a fim de prestar esclarecimentos, na qualidade de testemunha, sobre os fatos relacionados a este processo. Presente (ou ausente) o acusado, representado (ou não) por seu advogado Dr., OAB/UF nº

Determinado o encerramento do presente termo, que, lido e achado conforme, segue assinado por todos os presentes.

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do acusado, se presente)

_____(Assinatura)_____
(Nome do advogado do acusado e número da OAB, se presente)

30. Comunicação de não comparecimento de testemunha servidor público ao chefe imediato

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Senhoria o Senhor

..... (nome, cargo e endereço do servidor chefe da repartição)

Assunto: Comunicação de não comparecimento de testemunha servidor público

Senhor (cargo do servidor chefe da repartição),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), informo a Vossa Senhoria que o Senhor (nome do servidor intimado), (cargo), lotado nesse órgão, não compareceu para prestar depoimento na qualidade de testemunha sobre os fatos relacionados ao processo indicado, embora regularmente intimado, bem como não apresentou justificativa quanto à sua ausência (*se for o caso*).

Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

31. Certidão de comparecimento de testemunha

Timbre do Órgão

CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO DE TESTEMUNHA

Certifico e dou fé que aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local designado para a oitiva), situado no (endereço), com a presença dos membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), compareceu o Senhor (nome da testemunha), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no(a) (órgão),, para prestar depoimento na qualidade de testemunha, acerca dos fatos referidos no processo supramencionado.

_____ (Assinatura) _____
(Nome do Presidente da comissão)

32. Termo de oitiva de testemunha a distância (videoconferência)

Timbre do Órgão

TERMO DE OITIVA DE TESTEMUNHA
A DISTÂNCIA (VIDEOCONFERÊNCIA)

Aos dias do mês de de (ano), às horas, no (indicar local de instalação da comissão processante), situada no (endereço), (cidade/estado), presentes os Srs., e, respectivamente Presidente e membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano) compareceu para prestar depoimento, por meio de videoconferência, na qualidade de testemunha, o Sr. (nome da testemunha), (cargo/profissão), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), (naturalidade), (estado civil), Carteira de Identidade nº, CPF nº, residente e domiciliado à (endereço), sobre os fatos referidos no processo administrativo acima mencionado.

A testemunha encontra-se presente na sala de videoconferência do (especificar o órgão onde a testemunha prestará seu depoimento), situado no seguinte endereço:, (cidade/estado), às horas (indicar horário, se houver diferença de fuso entre as cidades em que se encontram os membros da Comissão e a sala de videoconferência).

Foi designado secretário *ad hoc* para esta oitiva o Sr. (nome), matrícula funcional nº

(Observação: é recomendável que o secretário “ad hoc” solicite, para conferência, o documento de identidade da testemunha ou outro documento pessoal com foto).

Presentes à audiência, no (indicar local, que poderá ser a sala da comissão ou da videoconferência), o acusado Sr. (nome), acompanhado do seu advogado Dr. (nome), OAB nº, procuração constante à fl. dos autos, foram advertidos de que lhes é vedado interferir nas perguntas feitas pelos membros da Comissão e nas respostas da testemunha, havendo a faculdade, porém, de reinquiri-la, por intermédio do Presidente da Comissão, após promovida a inquirição por parte dos membros, com base no disposto no art. 159, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990.

(Observação: não é obrigatória a presença do acusado ou de seu procurador à oitiva).

O Presidente perguntou à testemunha se, em relação ao acusado, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até o 3º grau, se atua ou atuou como procurador ou perito nos presentes autos, se tem interesse direto ou indireto na matéria objeto do processo, ou se há alguma circunstância que possa comprometer seu depoimento, tendo respondido que não. Prestando o compromisso legal, foi advertida de que, se faltar com a verdade, incorrerá no crime de falso testemunho, nos termos do artigo 342 do Código Penal.

Passando-se à inquirição, às perguntas que lhe foram feitas pelo Presidente assim respondeu:

Às perguntas que lhe foram feitas pelos membros da Comissão Processante assim respondeu:

Às perguntas que lhe foram feitas pelo acusado ou seu advogado (se presentes), por intermédio do Presidente, assim respondeu:

Dada a palavra à testemunha para acrescentar mais alguma informação ao presente depoimento, disse que:

(Observação: deve ser registrada a indicação de que a testemunha se compromete a trazer aos autos determinado documento ou prova, em certo prazo, se for o caso, bem como qualquer incidente relevante ocorrido na oitiva).

A seguir, feita a leitura do presente termo para que a testemunha, se desejasse, indicasse as retificações que entendesse necessárias, disse não ter retificações a fazer. Determinado o encerramento do presente termo, que, encaminhado por via eletrônica, lido e achado conforme, foi rubricado por todos os participantes da oitiva. O secretário *ad hoc* se compromete a encaminhar, à Comissão Processante, o termo com as respectivas assinaturas dos presentes à sala de videoconferência, para juntada ao processo.

Comissão:

_____(Assinatura)_____ _____(Assinatura)_____ _____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente) (Nome do membro) (Nome do membro)

Secretário (*se tal incumbência não recair em um dos membros*):

_____(Assinatura)_____
(Nome do secretário)

Secretário *ad hoc*:

_____(Assinatura)_____
(Nome do secretário *ad hoc*)

Testemunha:

_____(Assinatura)_____
(Nome da testemunha)

Acusado/Advogado (*se presentes*):

_____(Assinatura)_____
(Nome do acusado)

_____(Assinatura)_____
(Nome do advogado e número da OAB)

33. Carta precatória para oitiva de testemunha e anexo com formulação de perguntas

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Senhoria o Senhor

..... (nome, cargo e endereço da autoridade deprecada)

Assunto: Encaminha Carta Precatória.

Senhor..... (cargo da autoridade deprecada),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), encaminho, em anexo, Carta Precatória, solicitando o cumprimento da providência mencionada.

Atenciosamente,

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

Timbre do Órgão

CARTA PRECATÓRIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (OU SINDICÂNCIA) Nº

DEPRECANTE:	(nome do Presidente da comissão)
DEPRECADO:	(nome e cargo da autoridade deprecada)
ORIGEM:	(número do processo)
OBJETO:	<p>[descrever a finalidade da carta precatória e providências a serem adotadas:</p> <p>a) proceder à oitiva da testemunha (nome), (cargo), lotada no órgão , residente e domiciliada à (endereço), acerca dos fatos de que trata o processo administrativo supramencionado, nos termos do art. 157 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com formulação das perguntas relacionadas em anexo;</p> <p>b) solicitar que a autoridade deprecante seja informada da data, horário e local da oitiva, quando marcada].</p>
ANEXOS:	(indicar os documentos que estão sendo encaminhados em anexo, exemplo: Formulação de Perguntas da Comissão; Formulação de Perguntas do Acusado, se houver)
PRAZO	(indicar prazo para cumprimento da precatória)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

Anexo - Formulação de perguntas da Comissão

Testemunha: (nome da testemunha), (cargo/profissão), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), (naturalidade), (estado civil), Carteira de Identidade nº, CPF nº residente e domiciliado à (endereço).

1ª Pergunta: A testemunha tem algum parentesco com o acusado (nome)? Em caso afirmativo, em que grau?

2ª Pergunta: A testemunha tem amizade ou inimizade com o acusado (nome)?

3ª Pergunta: A testemunha tem amizade, inimizade ou parentesco com (nome do Secretário *ad hoc*) e/ou com algum membro da comissão processante?

4ª Pergunta: A testemunha atua ou atuou como procurador ou perito nos autos do Processo Administrativo Disciplinar ou da Sindicância nº ou tem interesse direto ou indireto na matéria objeto do processo?

5ª Pergunta: De onde e desde quando a testemunha conhece o acusado (nome)?

6ª Pergunta: A testemunha tem conhecimento dos fatos que estão sendo apurados?

7ª Pergunta: A testemunha tem conhecimento se o acusado (nome) participou dos fatos apurados no Processo Administrativo Disciplinar ou na Sindicância nº? Em caso afirmativo, como se deu essa participação? (*Incluir outras perguntas referentes à apuração, se for o caso*)

8ª Pergunta: A testemunha quer acrescentar mais alguma informação ao presente depoimento?

34. Intimação do acusado/procurador informando oitiva de testemunha por carta precatória

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

..... (nome e endereço do acusado/procurador)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº....., de (dia) de..... (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de(dia) de..... (mês) de (ano), com fundamento no art. 156 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, informa a Vossa Senhoria que a testemunha (nome), será inquirida por meio de Carta Precatória, na (cidade/estado), em data, hora e local a serem posteriormente comunicados.

Nesta oportunidade, INTIMO Vossa Senhoria, para, no prazo de 5 dias, caso deseje, apresentar perguntas a serem formuladas à sobredita testemunha, que poderão ser entregues pessoalmente, na sede da Comissão ou via e-mail funcional.

Vossa Senhoria poderá também se fazer presente ou representado por procurador constituído à oitiva da testemunha, sendo que as despesas de deslocamento correrão a suas expensas.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

Anexo:

Cópias da Carta Precatória e do Anexo-Formulação de perguntas que serão encaminhadas à autoridade deprecada.

Recebi:

Cidade/UF, (dia) de..... (mês) de (ano).

_____ (Assinatura) _____
(Nome e assinatura do acusado/procurador)

35. Solicitação de comparecimento de informante

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

..... (nome e endereço do informante)

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), e tendo em vista o disposto no art. 157 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, INTIMO Vossa Senhoria a comparecer perante esta Comissão, no dia de (mês) de (ano), às horas, no seguinte endereço:, a fim de prestar depoimento, na qualidade de INFORMANTE, acerca dos fatos de que trata o processo administrativo supramencionado.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____

(Nome do Presidente da comissão)

Recebi:

Cidade/UF, (dia) de..... (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____

(Nome e assinatura do informante)

36. Termo de oitiva de informante

Timbre do Órgão

TERMO DE OITIVA DE INFORMANTE

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local onde ocorre a oitiva, que pode ser o mesmo de instalação da comissão processante), situada no (endereço), presentes os Srs., e, respectivamente Presidente e membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), compareceu para prestar depoimento na qualidade de informante, o Sr. (nome do informante), (cargo/profissão), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), (naturalidade), (estado civil), Carteira de Identidade nº, CPF nº, residente e domiciliado à (endereço), sobre os fatos referidos no processo administrativo acima mencionado.

(Observação: é recomendável que a comissão processante solicite, para conferência, o documento de identidade do informante ou outro documento pessoal com foto).

Presentes à audiência o acusado, Sr. (nome), acompanhado do seu advogado Dr. (nome), OAB nº, foram advertidos de que lhes é vedado interferir nas perguntas feitas pelos membros da Comissão e nas respostas do informante, havendo a faculdade, porém, de reinquiri-lo, por intermédio do Presidente da Comissão, após promovida a inquirição por parte dos membros, com base no disposto no art. 159, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990.

O Presidente perguntou ao informante se, em relação ao acusado, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até o 3º grau, se atua ou atuou como procurador ou perito nos presentes autos, se tem interesse direto ou indireto na matéria objeto do processo, ou se há alguma circunstância que possa comprometer seu depoimento, tendo

respondido que: (indicar a razão pela qual a pessoa é ouvida na qualidade de informante).

(Observação: a oitiva do informante segue, em linhas gerais, o mesmo roteiro da audiência de testemunha, ressalvando-se apenas o fato de que os informantes não prestarão compromisso de dizer a verdade).

Passando-se à inquirição, às perguntas que lhe foram feitas pelo Presidente assim respondeu:

Às perguntas que lhe foram feitas pelos membros da Comissão Processante assim respondeu:

Às perguntas que lhe foram feitas pelo acusado ou seu advogado (se presentes), por intermédio do Presidente, assim respondeu:

Dada a palavra ao informante para acrescentar mais algum dado ao presente depoimento, disse que:

(Observação: deve ser registrada a indicação de que o informante se compromete a trazer aos autos determinado documento ou prova, em certo prazo, se for o caso, bem como qualquer incidente relevante ocorrido na oitiva).

A seguir, feita a leitura do presente termo para que o informante, se desejasse, indicasse as retificações que entendesse necessárias, disse não ter retificações a fazer. Determinado o encerramento do presente termo, que, lido e achado conforme, foi rubricado por todos os presentes.

Comissão:

_____ (Assinatura) _____ (Assinatura) _____ (Assinatura)
(Nome do Presidente) (Nome do membro) (Nome do membro)

Secretário *(se tal incumbência não recair em um dos membros)*:

_____ (Assinatura) _____
(Nome do secretário)

Informante:

_____ (Assinatura) _____
(Nome da informante)

Acusado/Advogado *(se presentes)*:

_____ (Assinatura) _____ (Assinatura) _____
(Nome do acusado) (Nome do advogado e número da OAB)

37. Termo de oitiva com contradita à testemunha

Timbre do Órgão

TERMO DE OITIVA DE TESTEMUNHA

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local onde ocorre a oitiva, que pode ser o mesmo de instalação da comissão processante), situada no (endereço), presentes os Srs., e, respectivamente Presidente e membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), compareceu para prestar depoimento na qualidade de testemunha o Sr. (nome da testemunha), (cargo/profissão), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), (naturalidade), (estado civil), Carteira de Identidade nº, CPF nº, residente e domiciliado na (endereço), sobre os fatos referidos no processo administrativo acima mencionado.

(Observação: é recomendável que a comissão processante solicite, para conferência, a apresentação do documento de identidade da testemunha ou outro documento pessoal com foto).

Presentes à audiência o acusado, Sr. (nome), acompanhado do seu advogado, Dr. (nome), OAB nº, procuração constante à fl. dos autos, foram advertidos de que lhes é vedado interferir nas perguntas feitas pelos membros da Comissão e nas respostas da testemunha, havendo a faculdade, porém, de reinquiri-la, por intermédio do Presidente da Comissão, após promovida a inquirição por parte dos membros, com base no disposto no art. 159, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990.

(Observação: não é obrigatória a presença do acusado ou de seu procurador).

O Presidente perguntou à testemunha se, em relação ao acusado, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até o 3º grau, se atua ou atuou como procurador

ou perito nos presentes autos, se tem interesse direto ou indireto na matéria objeto do processo, ou se há alguma circunstância que possa comprometer seu depoimento, tendo respondido que não. Prestando o compromisso legal, foi advertido de que se faltar com a verdade incorrerá no crime de falso testemunho, nos termos do artigo 342 do Código Penal.

A testemunha foi contraditada pelo acusado (ou por seu advogado), sob o argumento de ausência de isenção da testemunha para prestar depoimento em virtude de (indicar as razões da contradita). Indagada a respeito pelo Presidente da Comissão, a testemunha (negou ou confirmou) a contradita e (ratificou ou retificou) sua isenção para depor. Apreciadas as razões apresentadas, a Comissão Processante delibera por (CONFIRMAR o compromisso legal assumido ou NÃO CONFIRMAR o compromisso legal, colhendo o depoimento como informante).

Passando-se à inquirição, às perguntas que lhe foram feitas pelo Presidente assim respondeu:

Às perguntas que lhe foram feitas pelos membros da Comissão Processante assim respondeu:

Às perguntas que lhe foram feitas pelo acusado ou seu advogado (se presentes), por intermédio do Presidente, assim respondeu:

Dada a palavra à testemunha (ou informante) para acrescentar mais alguma informação ao presente depoimento, disse que:

(Observação: deve ser registrada a indicação de que a testemunha/informante se compromete a trazer aos autos determinado documento ou prova, em certo prazo, se for o caso, bem como qualquer incidente relevante ocorrido na oitiva).

A seguir, feita a leitura do presente termo para que a testemunha (ou informante), se desejasse, indicasse as retificações que entendesse necessárias, disse não ter retificações a fazer. Determinado o encerramento do presente termo, que, lido e achado conforme, foi rubricado por todos os presentes.

Comissão:

_____ (Assinatura) _____ (Assinatura) _____ (Assinatura)
 (Nome do Presidente) (Nome do membro) (Nome do membro)

Secretário (*se tal incumbência não recair em um dos membros*):

_____(Assinatura)_____
(Nome do secretário)

Testemunha:

_____(Assinatura)_____
(Nome da testemunha)

Acusado/Advogado (*se presentes*):

_____(Assinatura)_____
(Nome do acusado)

_____(Assinatura)_____
(Nome do advogado e número da OAB)

38. Termo de acareação

Timbre do Órgão

TERMO DE ACAREAÇÃO

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local onde ocorre a oitiva, que pode ser o mesmo de instalação da comissão processante), situada no (endereço), presentes os Srs., e, respectivamente Presidente e membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), compareceram os Srs. e (nome das pessoas que serão acareadas), já qualificadas às fls. e (indicar as folhas dos Termos de oitivas anteriores com as respectivas qualificações), com a finalidade de serem acareadas em face de divergência ocorrida nos depoimentos prestados a esta Comissão, consubstanciada em (descrição da divergência entre os depoimentos), observada nos Termos de oitiva de testemunha de (dia) de (mês) de (ano) e de (dia) de (mês) de (ano), às fls. e, respectivamente.

(Observação: é recomendável que a comissão processante solicite, para conferência, a apresentação do documento de identidade dos acareados ou outro documento pessoal com foto).

Presentes à audiência o acusado, Sr. (nome), acompanhado do seu advogado, Dr. (nome), OAB nº, procuração constante à fl. dos autos, foram advertidos de que lhes é vedado interferir nas perguntas feitas pelos membros da Comissão e nas respostas das testemunhas, havendo a faculdade, porém, de reinquiri-las, por intermédio do Presidente da Comissão, após promovida a inquirição por parte dos membros, com base no disposto no art. 159, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990.

(Observação: não é obrigatória a presença do acusado ou de seu procurador).

O Presidente registra nesta assentada o compromisso legal de dizerem a

verdade, sob pena de cometimento do crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

Na sequência, o Sr. Presidente perguntou ao Sr. (nome do acareado) acerca (indicar a controvérsia), o qual respondeu que Ao Sr. (nome do outro acareado) foi perguntado (registrar a pergunta acerca da controvérsia), tendo respondido que

Franqueada a palavra ao acusado (ou a seu procurador) para reinquirir os acareados em relação aos pontos divergentes, foi questionado (registrar eventual pergunta ou pedido de esclarecimento acerca da questão) ou (não quis fazer uso da faculdade concedida). O acareado respondeu que

Dada a palavra aos acareados para acrescentar mais alguma informação ao presente depoimento, o Sr. disse que:, o Sr. disse que: (ou nada disseram).

A seguir, feita a leitura do presente termo para que os acareados, se desejassem, indicassem as retificações que entendessem necessárias, disseram não terem retificações a fazer. Determinado o encerramento do presente termo, que, lido e achado conforme, foi rubricado por todos os presentes.

Comissão:

_____ (Assinatura) _____ (Assinatura) _____ (Assinatura)
(Nome do Presidente) (Nome do membro) (Nome do membro)

Secretário (se tal incumbência não recair em um dos membros):

_____ (Assinatura) _____
(Nome do secretário)

Acareados:

_____ (Assinatura) _____ (Assinatura)
(Nome do acareado) (Nome do acareado)

Acusado/Advogado (*se presentes*):

_____ (Assinatura) _____ (Assinatura)
(Nome do acusado) (Nome do advogado e número da OAB)

39. Ofício solicitando documentos

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Senhoria o Senhor

..... (nome, cargo e endereço do servidor chefe da repartição)

Assunto: Solicitação de documentos

Senhor (cargo do servidor chefe da repartição),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), com vistas à instrução dos autos do processo administrativo supramencionado e tendo em vista o disposto no art. 155 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, solicito a Vossa Senhoria o fornecimento dos seguintes documentos e/ou informações (especificar):

Informo ainda que a Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) foi instalada no (indicar local), situada no (endereço), podendo ser contatada no seguinte telefone: e endereço eletrônico: (*se houver*).

Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

40. Requerimento da comissão processante à autoridade fiscal

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Excelência o Senhor (ou Ao Senhor)

..... (nome, cargo e endereço do órgão da autoridade solicitada)

Assunto: Solicitação de documentos fiscais.

Excelentíssimo Senhor (ou Senhor) (cargo da autoridade solicitada),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), cuja cópia segue em anexo, solicito a Vossa Senhoria, com base no art. 198, § 1º, inc. II do Código Tributário Nacional, encaminhar a esta Comissão Processante, instalada no (endereço), cópia dos seguintes documentos: (exemplo: Declarações de Imposto de Renda da Pessoa Física), dos anos fiscais de, pertinentes ao servidor (nome), lotado no (órgão), (naturalidade), (estado civil), Carteira de Identidade nº, CPF nº, residente e domiciliado à (endereço), que figura como acusado no processo em referência, para fins de instrução nestes autos disciplinares, pelos fundamentos constantes da Ata Deliberativa nº, de (dia) de (mês) de (ano), cópia em anexo.

Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

41. Requerimento da comissão processante ao responsável da instituição financeira

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Senhoria o Senhor

..... (nome do titular da instituição financeira e endereço)

Assunto: Solicitação de extratos bancários.

Senhor (titular da instituição financeira),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), solicito a Vossa Senhoria encaminhar a esta Comissão Processante, instalada no (endereço), cópia dos seguintes documentos: (exemplo: cópia dos extratos bancários), do período de (dia) de (mês) de (ano) a (dia) de (mês) de (ano), pertinentes ao servidor (nome), lotado no (órgão), (naturalidade), (estado civil), Carteira de Identidade nº, CPF nº, residente e domiciliado à (endereço), portador da Conta Corrente nº, Agência nº, para fins de instrução nestes autos disciplinares.

Encaminho, na oportunidade, cópia do documento no qual restou expressamente consignado que o citado servidor, correntista dessa instituição bancária, disponibilizou a esta Comissão as informações ora solicitadas.

Atenciosamente,

_____(Assinatura)_____
 (Nome do Presidente da comissão)

42. Requerimento da comissão processante solicitando à Advocacia-Geral da União o afastamento do sigilo bancário

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF, (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Excelência o Senhor (ou Ao Senhor)

..... (nome do representante judicial da Advocacia-Geral da União e endereço do órgão)

Assunto: Solicitação de provimento judicial para afastamento de sigilo bancário.

Excelentíssimo Senhor (ou Senhor) (cargo da autoridade solicitada),

Informo a Vossa Excelência (ou Vossa Senhoria) que, por meio da Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), o Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), determinou a instauração do(a) (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, com a finalidade de apurar os seguintes fatos: (descrição sucinta dos fatos apurados).

Com esse propósito, esta Comissão Processante examinou todos os fatos previamente investigados nos autos da precedente (Sindicância investigativa ou contraditória) nº (ou outro documento que tenha embasado a instauração do Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância, se for o caso).

A instrução dos autos disciplinares em apreço teve início com a coleta pela Comissão Processante de todas as provas necessárias à delimitação da materialidade das

supostas irregularidades funcionais imputadas ao servidor (nome do acusado), matrícula funcional nº, lotado no órgão, CPF nº

Após criterioso exame das provas obtidas, a Comissão identificou a presença de veementes indícios de irregularidades consubstanciadas em (exemplos: a) percepção de quantias a título de comissão/propina, inclusive com depósitos de quantias em conta corrente; b) sinais exteriores claros de riqueza incompatível com as rendas oficialmente declaradas pelo servidor; c) baixa indevida de débitos/multas/outros em sistemas informatizados do órgão; d) supressão de autos administrativos em benefício pessoal e de terceiros; e) outras hipóteses que poderiam justificar a medida judicial excepcional na apuração disciplinar).

Com efeito, os elementos já colacionados até o presente momento configuram evidentes indícios de infrações disciplinares cometidas pelo servidor acusado (descrever as infrações descritas na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990), sem prejuízo das sanções previstas no Código Penal Brasileiro (se for o caso, descrever os tipos penais do CP e nas leis extravagantes) e também nos dispositivos da Lei de nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (citar os dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa, se for o caso).

No entanto, com vistas ao prosseguimento dos trabalhos de apuração, esta Comissão Processante considera imprescindível o acesso às movimentações financeiras realizadas pelo servidor acusado, visando (exemplo: a) identificar a origem e destino final de quantias que eventualmente vêm sendo movimentadas pelo acusado em face de supostos depósitos efetuados a título de comissão/propina/exercício de atividades ilícitas ou não declaradas; b) identificar os valores que vêm sendo movimentados; c) outras hipóteses tendentes a demonstrar a percepção irregular de valores, propiciando a averiguação no âmbito da persecução disciplinar de desvio de conduta de agentes públicos e a consequente aplicação das sanções administrativas que se impõem ao caso).

O fundamento desta medida encontra amparo nas disposições da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, abaixo reproduzidos:

Art. 1º As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

(...).

Art. 3º Serão prestadas pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pelas instituições financeiras as informações ordenadas pelo Poder

Judiciário, preservado o seu caráter sigiloso mediante acesso restrito às partes, que delas não poderão servir-se para fins estranhos à lide.

§ 1º Dependem de prévia autorização do Poder Judiciário a prestação de informações e o fornecimento de documentos sigilosos solicitados por comissão processante administrativo destinada a apurar responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

§ 2º Nas hipóteses do § 1º, o requerimento de quebra de sigilo independe da existência de processo judicial em curso.

As provas até agora produzidas nos autorizam a concluir pela necessidade de afastamento do sigilo do acusado, prevalecendo, portanto, a excepcionalidade da medida requerida sobre a regra geral de proteção de dados e informações pessoais.

Acrescente-se que, com o afastamento do sigilo, as informações que vierem a ser franqueadas à Comissão Processante restarão devidamente resguardadas do conhecimento público, uma vez que a sua utilização se dará, única e exclusivamente, no desempenho de suas atribuições.

Diante do exposto, solicito a Vossa Excelência (ou Vossa Senhoria) providências no sentido de obter provimento judicial tendente a afastar o sigilo bancário do servidor (nome do acusado), com o objetivo de obter acesso às respectivas movimentações financeiras.

Atenciosamente,

(Assinatura)
(Nome do Presidente da comissão)

43. Requerimento de designação de perito à autoridade instauradora

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Excelência o Senhor (ou Ao Senhor)

..... (nome, cargo e endereço da autoridade instauradora)

Assunto: Designação de Perito para auxiliar a Comissão de
(Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº

Excelentíssimo Senhor (ou Senhor) (cargo da autoridade instauradora),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), comunico a Vossa Excelência (ou Vossa Senhoria) que a presente Comissão deliberou pela realização de perícia (indicar a espécie) nos presentes autos, de acordo com o estabelecido no artigo 155 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Para tanto, solicitamos a indicação de um (referir a especialidade do perito; exemplo: contador, avaliador de imóveis, etc.), a fim de realizar o trabalho de perícia técnica na data de (dia) de (mês) de (ano) a (dia) de (mês) de (ano), disponibilizando os respectivos recursos para cobrir despesas com diárias e passagens, inclusive, se necessário.

Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

44. Portaria de designação de perito

Timbre do Órgão

Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), no âmbito do (órgão de instauração), no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 155, parte final, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar o Sr. (indicar o nome do perito), (cargo), do quadro de pessoal do (órgão de lotação do perito), matrícula funcional nº, para, sem prejuízo de suas demais atribuições, realizar perícia (especificar o objeto da perícia; exemplos: no computador e/ou mídias eletrônicas, grafotécnica, médica, contábil, para conferência de valores, para avaliação de bens, etc.).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

_____ (Assinatura) _____
(Nome do Presidente da comissão)

Publicado no Boletim (de Serviço ou de Pessoal) nº, de /..... /..... (data).
--

(Observação: este modelo se refere à hipótese de perito designado pelo presidente da comissão. Contudo, a depender do caso concreto e das normas próprias de cada órgão, o perito também pode ser designado pela autoridade instauradora).

45. Termo de compromisso de perito

Timbre do Órgão

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente termo, comprometo-me a exercer as funções de Perito (indicar a especialidade) no (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), e observar a imposição legal no tocante ao sigilo e à reserva das informações de que tiver conhecimento em razão desta função, nos termos do art. 150 da Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990, bem como praticar os demais atos necessários à consecução dos trabalhos sob minha responsabilidade, pelo que firmo este termo.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____ (Assinatura)

(Nome do Perito)

_____ (Número de inscrição no órgão de fiscalização profissional, se for o caso)

46. Intimação do acusado/procurador para apresentar quesitos

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

..... (nome e endereço do acusado/procurador)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), comunica a Vossa Senhoria que, consoante deliberação contida na Ata nº de (dia) de (mês) de (ano), cópia anexa, procederá ao(à) (identificar o objeto da perícia; exemplo: perícia grafotécnica) junto ao (identificar o órgão responsável pela perícia), tendo por finalidade (indicar o objetivo da perícia). Os quesitos elaborados pela Comissão constam em anexo.

Diante do exposto, na forma do art. 156 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, fica Vossa Senhoria INTIMADO para, querendo, no prazo de (dias), apresentar eventuais quesitos complementares com vistas à perícia ora solicitada.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

Recebi: Cidade/UF, (dia) de..... (mês) de (ano). _____(Assinatura)_____ (Nome e assinatura do acusado/procurador)
--

47. Intimação do acusado/procurador para ciência das conclusões da perícia

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

..... (nome e endereço do acusado/procurador)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), com fundamento no art. 156 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, INTIMA Vossa Senhoria das conclusões da perícia (indicar a perícia), realizada pelo (identificar o perito ou órgão que realizou a perícia), cujo laudo segue em anexo.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
 (Nome do Presidente da comissão)

Recebi: Cidade/UF, (dia) de..... (mês) de (ano). _____(Assinatura)_____ (Nome e assinatura do acusado/procurador)
--

48. Portaria de designação de assistente técnico

Timbre do Órgão

Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 155, parte final, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar o Sr. (indicar o nome do assistente técnico), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão de lotação do assistente técnico), matrícula funcional nº, para, sem prejuízo de suas demais atribuições funcionais, atuar como Assistente Técnico desta Comissão no processo acima referido(a), com vistas a (especificar a atividade a ser desenvolvida pelo assistente técnico; exemplos: fornecer informações acerca da matéria de sua especialidade em discussão nos presentes autos, auxiliar a Comissão na elaboração de quesitos que serão apresentados aos peritos), além de desempenhar todas as atividades que sejam conexas a este objetivo, conforme as determinações do Presidente da Comissão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

Publicado no Boletim (de Serviço ou de Pessoal) nº, de /..... /..... (data).
--

(Observação: este modelo se refere à hipótese de assistente técnico designado pelo Presidente da Comissão. Contudo, a depender do caso concreto e das normas próprias de cada órgão, ele também pode ser designado pela autoridade instauradora).

49. Termo de diligência

Timbre do Órgão

TERMO DE DILIGÊNCIA

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (endereço do local de realização da diligência), os membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), realizaram diligência junto ao (indicar o órgão), com vistas à (especificar o objetivo da diligência), conforme deliberação consignada na Ata nº de (dia) de (mês) de (ano), constante às fls. do processo acima referido. Registra-se que o acusado, devidamente intimado para acompanhar o ato (*se for o caso de intimação prévia do acusado*), compareceu (ou não compareceu). Presentes também (indicar o nome e cargo de outras pessoas presentes no local; exemplo: chefe da repartição, servidores, etc.).

A Comissão Processante praticou os seguintes atos: As seguintes ocorrências necessitam ser registradas: (*se for o caso*). Ao final, concluiu-se que (relatar o resultado obtido com a diligência). Providenciou-se, nessa ocasião, a extração de cópias de, documentos que fazem parte integrante deste Termo com seus anexos. Retornando à sede da Comissão, nada mais havendo a tratar, mandou o Presidente encerrar o presente termo que, lido e achado conforme, vai assinado por todos os presentes.

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

(Assinatura)

(Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do Secretário)

_____(Assinatura)_____
(Nome do acusado, se presente)

_____(Assinatura)_____
(Nome do advogado e número da OAB, se presente)

50. Intimação do acusado/procurador para acompanhar diligência

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

..... (nome e endereço do acusado/procurador)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), comunica a Vossa Senhoria que, consoante deliberação contida na Ata nº, de (dia) de (mês) de (ano), cópia anexa, realizará diligência referente à (descrever a diligência), em (dia) de (mês) de (ano), às horas, junto ao (indicar o órgão), situado no seguinte endereço:

Diante do exposto, na forma do art. 156 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, fica Vossa Senhoria INTIMADO para, querendo, acompanhar a citada diligência.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

Recebi: Cidade/UF, (dia) de..... (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____ (Nome e assinatura do acusado/procurador)

51. Comunicação ao chefe da repartição na qual será realizada a diligência

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Senhoria o Senhor

..... (nome e endereço do chefe da repartição)

Assunto: Realização de diligência.

Senhor (cargo do chefe da repartição),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), comunico a Vossa Senhoria que, nos termos da Ata nº, de (dia) de (mês) de (ano), cópia anexa, esta Comissão pretende realizar diligência concernente à (indicar diligência a ser realizada), no (informar local), no dia de (mês) de (ano), às horas, com o fim de (indicar objetivo que se pretende com a diligência).

Na oportunidade, solicito que seja autorizado acesso a (áreas, setores, equipamentos, informações, etc.) para cumprimento da presente diligência.

Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

52. Intimação do acusado/procurador informando acerca da realização da diligência

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

..... (nome e endereço do acusado/procurador)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), na forma do art. 156 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, INTIMA Vossa Senhoria para ciência do Termo de Diligência lavrado em (dia) de (mês) de (ano), junto ao (indicar o órgão), situado no (especificar endereço), conforme deliberação da Ata nº, de (dia) de (mês) de (ano), sendo-lhe assegurado vista dos autos, na sede da Comissão, para conhecimento dos documentos juntados, caso deseje.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____ (Assinatura) _____
 (Nome do Presidente da comissão)

Anexos: Cópias do Termo de Diligência e da respectiva Ata Deliberativa.

Recebi: Cidade/UF, (dia) de (mês) de (ano). _____ (Assinatura) _____ (Nome e assinatura do acusado/procurador)

53. Intimação do acusado/procurador para dizer se ainda resta alguma prova a ser produzida

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

..... (nome e endereço do acusado/procurador)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), com fundamento art. 156 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, INTIMA Vossa Senhoria para dizer, no prazo de 5 (cinco) dias, se ainda pretende produzir alguma prova, informando, em caso positivo, qual a prova e a sua pertinência à apuração dos fatos objeto do processo referido.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

Recebi:
Cidade/UF, (dia) de..... (mês) de (ano).
_____(Assinatura)_____
(Nome e assinatura do acusado/procurador)

54. Despacho de saneamento

Timbre do Órgão

DESPACHO DE SANEAMENTO

Aos dias do mês de do ano de, os membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), concluem o seguinte:

- a) a instrução processual desenvolveu-se em estrita observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, portanto, ausente de vícios na sua condução;
- b) todos os documentos encontram-se juntados, numerados e rubricados;
- c) já foram colhidos os depoimentos de todas as testemunhas arroladas pela Comissão e pela defesa, à exceção daquelas motivadamente indeferidas (se for o caso);
- d) não há mais outra prova a ser produzida pela Comissão;
- e) o acusado foi intimado para indicar se havia alguma outra prova a ser produzida, nada tendo requerido a respeito (caso haja, indicar o teor e a deliberação da Comissão);
- f) não há qualquer incidente ou requerimento pendente de solução.

Diante do exposto, esta Comissão considera saneado o presente processo, razão pela qual decide por finalizar a instrução processual mediante a realização do interrogatório do acusado, na forma do art. 159 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

55. Intimação do acusado para interrogatório

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

..... (nome e endereço do acusado)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº....., de (dia) de..... (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), com fundamento no art. 159 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, INTIMA Vossa Senhoria a comparecer perante esta Comissão no dia de (mês) de (ano), às horas, no seguinte endereço:, para o fim de ser interrogado sobre os atos e fatos referidos no processo supramencionado.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____ (Assinatura) _____
 (Nome do Presidente da comissão)

Recebi: Cidade/UF, (dia) de..... (mês) de (ano). _____ (Assinatura) _____ (Nome e assinatura do acusado)

56. Intimação do procurador acerca do interrogatório

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

..... (nome e endereço procurador do acusado)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), informa, com fundamento no art. 159 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que o Sr. (nome do acusado) foi intimado a comparecer na sede de instalação desta Comissão em (dia) de (mês) de (ano), às horas, a fim de ser ouvido, na qualidade de acusado, nos autos do processo administrativo referido, ocasião em que poderá vir acompanhado de Vossa Senhoria.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

 (Assinatura)

 (Nome do Presidente da comissão)

Recebi: Cidade/UF, (dia) de..... (mês) de (ano). _____ (Assinatura) _____ (Nome e assinatura do procurador)
--

57. Comunicação ao chefe imediato do acusado acerca do interrogatório

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Senhoria o Senhor

..... (nome, cargo e endereço do chefe imediato do acusado)

Assunto: Comunicação de interrogatório do servidor (nome do acusado)

Senhor (cargo do chefe imediato do acusado),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), informo a Vossa Senhoria, nos termos do art. 157, parágrafo único e do art. 159 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que o Sr. (nome do acusado), servidor lotado nessa unidade, foi intimado a comparecer perante esta Comissão no dia de (mês) de (ano), às horas, a fim de ser interrogado, na qualidade de acusado, nos autos do processo administrativo referido, ocasião em que deverá comparecer à sede desta Comissão.

Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

Ciente.
Cidade/UF, (dia) de..... (mês) de (ano).
_____ (Assinatura) _____
(Nome e assinatura do chefe do acusado)

58. Termo de interrogatório

Timbre do Órgão

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local onde ocorre a oitiva, que pode ser o mesmo de instalação da comissão processante), presentes os Srs., e , respectivamente Presidente e membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), compareceu para prestar esclarecimentos, na qualidade de acusado, o Sr. (nome do acusado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), (naturalidade), (estado civil), Carteira de Identidade nº, CPF nº residente e domiciliado à (endereço), sobre os fatos referidos no processo administrativo acima mencionado.

(Observação: é recomendável que a comissão processante solicite, para conferência, a apresentação do documento de identidade do interrogado ou outro documento pessoal com foto).

Presente o advogado do acusado, Dr. (nome), OAB nº, procuração constante à fl. dos autos, foi advertido de que lhe é vedado interferir nas perguntas feitas pelos membros da Comissão e nas respostas do interrogado, havendo a faculdade, porém, de reinquiri-lo, por intermédio do Presidente da Comissão, após promovida a inquirição por parte dos membros, com base no disposto no art. 159, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 *(se presente o advogado do acusado)*.

O Presidente perguntou ao interrogado se é parente até o 3º grau, se é amigo íntimo ou inimigo notório de algum membro da Comissão Processante, testemunha, perito ou qualquer outro agente atuante no processo administrativo disciplinar, tendo respondido que não.

O Presidente informou ao acusado que não está obrigado a responder às perguntas que lhe forem formuladas e que seu silêncio não importará em confissão, nem será interpretado em prejuízo de sua defesa.

(Observação: o interrogado não prestará compromisso de dizer a verdade).

Passando-se à inquirição, às perguntas que lhe foram feitas pelo Presidente assim respondeu:

(Observação: devem ser registradas as perguntas eventualmente não respondidas pelo interrogado).

Às perguntas que lhe foram feitas pelos membros da Comissão Processante assim respondeu:

Dada a palavra ao advogado, às perguntas que foram feitas ao acusado por intermédio do Presidente, assim respondeu

Dada a palavra ao acusado para acrescentar mais alguma informação ao presente depoimento, disse que:

(Observação: deve ser registrada na ata a indicação que o acusado se compromete a trazer aos autos determinado documento ou prova, em certo prazo, se for o caso, bem como qualquer incidente relevante ocorrido no interrogatório e as respectivas deliberações a respeito da Comissão Processante).

A seguir, feita a leitura do presente termo para que o acusado, se desejasse, indicasse as retificações que entendesse necessárias, disse não ter retificações a fazer. Determinado o encerramento do presente termo, que, lido e achado conforme, foi rubricado por todos os presentes.

Comissão:

_____ (Assinatura) _____ (Assinatura) _____ (Assinatura)
 (Nome do Presidente) (Nome do membro) (Nome do membro)

Secretário (se tal incumbência não recair em um dos membros):

_____ (Assinatura) _____
 (Nome do secretário)

Acusado/Advogado:

_____(Assinatura)_____
(Nome do acusado)

_____(Assinatura)_____
(Nome do advogado e número da OAB)

59. Certidão de comparecimento ao interrogatório

Timbre do Órgão

CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO

Certifico e dou fé que aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local designado para a oitiva), com a presença dos membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), compareceu o Senhor (nome do acusado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no(a) (órgão), para prestar esclarecimentos, na qualidade de acusado, acerca dos fatos referidos no processo administrativo acima mencionado.

_____ (Assinatura)
(Nome do Presidente da comissão)

60. Termo de não comparecimento ao interrogatório

Timbre do Órgão

TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local designado para a oitiva), com a presença dos membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), registra-se o não comparecimento, injustificadamente, do Sr. (nome do acusado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no(a) (órgão), regularmente intimado a fim de prestar esclarecimentos, na qualidade de acusado, acerca dos fatos referidos no processo acima mencionado.

Determinado o encerramento do presente termo, que, lido e achado conforme, segue assinado pelos presentes.

_____ (Assinatura)
 (Nome do Presidente da comissão)

_____ (Assinatura)
 (Nome do membro da comissão)

_____ (Assinatura)
 (Nome do membro da comissão)

_____ (Assinatura)
 (Nome do advogado do acusado e número da OAB, se presente)

61. Ata de encerramento de instrução (absolvição sumária)

Timbre do Órgão

ATA DE ENCERRAMENTO DE INSTRUÇÃO (ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA)

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local de instalação da comissão processante), reuniram-se os servidores, e, respectivamente Presidente e membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), (*incluir também, se houver, portaria superveniente, alterando, por exemplo, a composição da comissão*), que apura os fatos referidos no processo acima mencionado.

Iniciados os trabalhos, foram deliberadas as seguintes providências:

- a) encerrar a instrução processual;
- b) elaborar Relatório Final, sugerindo à autoridade julgadora a absolvição do acusado e o arquivamento do processo administrativo disciplinar (ou sindicância).

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Presidente e pelos demais membros da Comissão Processante.

_____ (Assinatura) _____
 (Nome do Presidente da comissão)

_____ (Assinatura) _____
 (Nome do membro da comissão)

_____ (Assinatura) _____
 (Nome do membro da comissão)

62. Ata de encerramento de instrução (indicação)

Timbre do Órgão

ATA DE ENCERRAMENTO DE INSTRUÇÃO (INDICAÇÃO)

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local de instalação da comissão processante), reuniram-se os servidores, e, respectivamente Presidente e membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), (*incluir também, se houver, portaria superveniente, alterando, por exemplo, a composição da comissão*), que apura os fatos referidos no processo acima mencionado.

Iniciados os trabalhos, foram deliberadas as seguintes providências:

- a) encerrar a instrução processual;
- b) promover a INDICAÇÃO do servidor (nome do indiciado), pelas razões de fato e de direito expostas no Termo de Indicação a ser elaborado, e efetuar sua citação para apresentar defesa escrita.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Presidente e pelos demais membros da Comissão Processante.

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

63. Termo de indicição

Timbre do Órgão

TERMO DE INDICIAÇÃO

Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância nº

Acusado:

A Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), tendo em vista a deliberação pelo encerramento da instrução processual, em que foram realizados (especificar os atos de prova promovidos; exemplos: oitiva de testemunhas, realização de diligências, de prova pericial, etc.), além da juntada de documentos e do interrogatório do acusado, decide, nos termos do art. 161 da Lei nº 8.112, de 1990, indiciar o servidor (nome do acusado), pelas razões de fato e de direito a seguir expostas. Ao servidor (nome do acusado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no(a) (órgão), (naturalidade), (estado civil), Carteira de Identidade nº, CPF nº, residente e domiciliado à (endereço), é atribuída responsabilidade pela prática das seguintes irregularidades:
(Observação: descrever, de forma detalhada, os fatos irregulares, bem como a conduta imputada ao indiciado, destacando, pormenorizadamente, as respectivas provas que firmaram a convicção da comissão processante, incluindo os trechos dos depoimentos das testemunhas, as conclusões extraídas das diligências, dos documentos, das perícias, dentre outros, apontando, inclusive, as folhas dos autos em que constam as referidas provas).

Embora não obrigatório, é recomendável que seja indicado o enquadramento da infração, ou seja, mencionado os dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990, que foram infringidos com a conduta do servidor indiciado).

Tendo sido colhidos, assim, dados suficientes para que a Comissão formasse sua convicção, nesta fase processual, sobre os fatos em apuração, delibera-se pela citação do indiciado para apresentação de defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias (ou 20 dias, havendo mais de um indiciado, nos termos do art.161, §2º, da Lei nº 8.1112, de 1990), nos termos do disposto no art. 161, § 1º, da Lei nº 8.112, de 1990.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

64. Mandado de citação

Timbre do Órgão

MANDADO DE CITAÇÃO

Ao Senhor

..... (nome, cargo, órgão de lotação, matrícula funcional e endereço residencial do indiciado)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), nos termos do art. 161, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, CITA Vossa Senhoria, para apresentar, na sede de instalação da Comissão Processante, no prazo 10 (dez) dias *(ou 20 dias, havendo mais de um indiciado, nos termos do art.161, §2º, da Lei nº 8.1112, de 1990)*, contados do recebimento deste mandado, DEFESA ESCRITA, em relação aos fatos que lhe foram imputados no termo de indicição, cuja cópia segue anexa, sob pena de revelia, sendo-lhe assegurado vista dos respectivos autos na sede da instalação da Comissão, em dias úteis (se outro, especificar), no horário das às

Na oportunidade, cientifico Vossa Senhoria de que deverá comunicar à Comissão Processante o lugar onde poderá ser encontrado, caso mude de residência, nos termos do art. 162 da Lei nº 8.112, de 1990.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

Anexos: cópia dos autos do processo em referência (da fl. à fl.), inclusive seus anexos e/ou apensos e Termo de Indiciação.

Recebi o mandado de citação e documentos anexos.

(Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome e assinatura do indiciado)

65. Citação por carta precatória

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Senhoria o Senhor

..... (nome, cargo e endereço da autoridade deprecada)

Assunto: Encaminha Carta Precatória

Senhor..... (cargo da autoridade deprecada),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de..... (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), encaminho, em anexo, Carta Precatória alusiva ao servidor..... (nome do acusado), solicitando o cumprimento da providência descrita.

Atenciosamente,

_____ (Assinatura) _____
 (Nome do Presidente da comissão)

Timbre do Órgão

CARTA PRECATÓRIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (OU SINDICÂNCIA) Nº.....

DEPRECANTE:	(nome do Presidente da comissão)
DEPRECADO:	(nome e cargo da autoridade deprecada)
ORIGEM:	(número do processo)
OBJETO:	<p>citar o servidor indiciado (nome), (cargo), matrícula funcional nº , lotado no (órgão), situado no (endereço do órgão), (naturalidade), (estado civil), Carteira de Identidade nº, CPF nº, residente e domiciliado na, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa escrita nos autos do processo administrativo em referência.</p>
ANEXOS:	<p>cópia dos autos do processo em referência (da fl. à fl.), inclusive seus anexos e/ou apensos e Termo de Indiciação, para ser entregue ao indiciado, mediante recibo.</p>
PRAZO	(indicar prazo para cumprimento da precatória)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

66. Portaria de designação do secretário *ad hoc* para promover a citação

Timbre do Órgão

Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), resolve:

Art. 1º. Designar, na forma do art. 149, § 1º e art. 161, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o servidor (nome), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, para desempenhar as funções de Secretário *ad hoc* da referida Comissão Processante, exclusivamente para proceder à citação do Sr. (nome do acusado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), residente e domiciliado na (endereço do acusado).

Art. 2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

Publicado no Boletim (de Serviço ou de Pessoal) nº, de/...../..... (data).
--

67. Termo de diligências para localização do indiciado

Timbre do Órgão

TERMO DE DILIGÊNCIAS

Aos dias do mês de do ano de, às horas e aos dias do mês de do ano de, às horas, em cumprimento ao deliberado na Ata nº, de (dia) de (mês) de (ano),, e, respectivamente Presidente e membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), compareceram ao local de trabalho onde o indiciado (nome) exerce suas atividades de (especificar o cargo), no prédio do (especificar o órgão), com endereço à (identificar o endereço completo), não logrando êxito em encontrá-lo, sendo informados pelo chefe da repartição (ou servidores, colegas de trabalho, etc.), Sr. (nome), que o indiciado não tem comparecido ao órgão desde a data, bem como (especificar outras circunstâncias referentes a não localização do indiciado informadas à comissão; exemplo: não se consegue contato com servidor indiciado por telefone residencial, celular ou e-mail e outras informações apuradas que a comissão processante repute importante registrar).

Em prosseguimento às diligências, aos dias do mês de do ano de, às horas e aos dias do mês de do ano de, às horas, os membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) supramencionados, dirigiram-se ao endereço residencial do acusado, constante do seu assentamento funcional, à (identificar o endereço completo), no qual não foram atendidos, sendo informados pelo porteiro do prédio Sr. (nome), Carteira de Identidade nº, CPF nº, do turno (especificar se turno matutino, vespertino ou noturno), que o acusado não tem sido visto há aproximadamente (número) dias, não sabendo dar outras

informações sobre o acusado (*registrar, se for o caso, outras informações apuradas que a comissão repute importante, inclusive nominando outras pessoas consultadas a respeito do paradeiro do indiciado*).

Determinado o encerramento do presente termo, que, lido e achado conforme, segue assinado pelos membros da Comissão, pelo chefe do setor onde o indiciado exerce sua função e pelo porteiro do prédio onde o indiciado reside (além de outras pessoas que eventualmente tenham prestadas quaisquer informações relevantes à comissão).

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do chefe da repartição ou pessoa que tenha prestado informação à comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do porteiro onde o servidor reside)

68. Ata de deliberação decidindo pela citação por edital

Timbre do Órgão

ATA DELIBERATIVA Nº

Aos dias do mês de do ano de, às horas, no (indicar local de instalação da comissão processante), reuniram-se os servidores, e, respectivamente Presidente e membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), (*incluir também, se houver, portaria superveniente, alterando, por exemplo, a composição da comissão*), que apura os fatos referidos no processo acima mencionado.

Iniciados os trabalhos, foram deliberadas as seguintes providências:

1) citar por edital o indiciado, tendo em vista as seguintes razões: (especificar os motivos, ex.: a não localização do indiciado em seu endereço residencial, conforme certidão de fls.; a informação do chefe do órgão em que o indiciado se encontra lotado, asseverando que ele não está comparecendo ao serviço, fl.; encontrar-se o indiciado em local incerto e não sabido, segundo as inúmeras diligências empreendidas pela Comissão para localizá-lo nos possíveis endereços, conforme termo de diligências de fls., etc.);

2) requerer ao (cargo da autoridade instauradora) a publicação do anexo edital de citação no órgão de imprensa oficial e em jornal de grande circulação do seu último domicílio conhecido (*caso exista*);

3) requerer ao chefe do órgão em que o indiciado encontra-se lotado os préstimos, no sentido de comunicar imediatamente à Comissão seu comparecimento ao serviço.

Nada mais havendo a consignar, foi encerrada a reunião e, para constar, lavrada a presente ata, para os fins do art. 152, § 2º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que segue assinada pelos membros presentes.

_____ (Assinatura) _____
(Nome do Presidente da comissão)

_____ (Assinatura) _____
(Nome do membro da comissão)

_____ (Assinatura) _____
(Nome do membro da comissão)

69. Citação por edital

Timbre do Órgão

EDITAL DE CITAÇÃO

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de(dia) de (mês) de (ano), no uso de suas atribuições e nos termos do disposto no artigo 163 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, CITA, pelo presente Edital, o servidor (nome do acusado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), por se encontrar em local incerto e não sabido, para apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data da última publicação do Edital, no (indicar local de instalação da Comissão Processante), situada no (endereço), sob pena de revelia, sendo-lhe assegurado vista dos autos neste local, em dias úteis (se outro, especificar), no horário das às

A Comissão Processante encontra-se instalada no endereço acima mencionado, podendo ser contatada no telefone: e endereço eletrônico: *(se houver)*.

..... (Cidade/UF) (dia) de (mês) de (ano).

 (Assinatura)
 (Nome do Presidente da comissão)

70. Termo de recusa de recebimento de citação

Timbre do Órgão

TERMO DE RECUSA DE RECEBIMENTO DE CITAÇÃO

Aos dias do mês de do ano de, às horas, os servidores, e, respectivamente Presidente e membros da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), conforme deliberação consignada na Ata nº, de (dia) de (mês) de (ano), constante às fls. dos autos do processo acima referido, compareceram ao local de trabalho [ou à residência, situada no (endereço)] do servidor (nome do indiciado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), situado no endereço, para efetuar sua citação, tendo o indiciado se negado a apor sua assinatura no mandado de citação (ou se negado a receber o mandado, conforme o caso), que lhe confere o prazo de dez dias para apresentação de defesa escrita, sob pena de revelia, sendo-lhe assegurado vista dos autos na repartição, nos termos do artigo 161, § 1º, da Lei 8.112, de 1990.

O presente termo foi lido para o indiciado, que fica alertado acerca do prazo de dez dias para apresentação da defesa, a contar da presente data, sendo tal ato presenciado pelos servidores (nome), (matrícula funcional), (cargo), e (nome), (matrícula funcional), (cargo), que firmam o presente na qualidade de testemunhas da citação, nos termos do artigo 161, § 4º, da Lei nº 8.112, de 1990.

Nesta oportunidade, (a Comissão entrega para o indiciado ou o indiciado também se negou a receber) fotocópias do termo de encerramento da instrução, do mandado de citação, do termo de indiciamento e do presente termo de recusa de citação.

Determinado o encerramento do presente termo, que, lido e achado conforme, segue assinado pelos membros da Comissão e pelas testemunhas.

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome da testemunha)

_____(Assinatura)_____
(Nome da testemunha)

71. Diligências - citação por hora certa

71.1 Termo de primeira ou segunda diligência

Timbre do Órgão

TERMO DE (PRIMEIRA OU SEGUNDA) DILIGÊNCIA

(Primeira ou segunda tentativa de citação por hora certa)

Aos dias do mês de do ano de, às horas, na qualidade de (Presidente, membro ou secretário) da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), conforme deliberação consignada na Ata nº, de (dia) de (mês) de (ano), constante às fls. dos autos do processo acima referido, dirigi-me (*pela segunda vez, se for o caso*) ao, endereço residencial do servidor indiciado (nome do indiciado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), para efetuar sua citação, e, estando no local às horas, fui atendido pelo Sr. (nome), que se identificou como (especificar vínculo da pessoa com o servidor, por exemplo: porteiro do prédio, esposa, vizinho) do indiciado. Informou ao signatário que: (exemplo: o indiciado reside naquele endereço, mas não se encontrava no local naquele momento; não sabe informar o horário de seu retorno; não pode fornecer o número do telefone do indiciado; o indiciado tem por hábito, normalmente, estar em casa todos os dias no período; outras informações relevantes). Na oportunidade, foi solicitado que a pessoa informasse ao indiciado que o signatário retornaria no dia do mês de do ano de, às horas, para realização do ato de citação. Na impossibilidade de cumprimento, dei por encerrada a diligência.

_____(Assinatura)_____

(Nome do Presidente/membro/secretário da comissão)

(Observação 1: é recomendável que o Presidente, membro ou secretário da comissão deixe com a pessoa intermediária uma notificação informando que esteve no local e que retornará em determinado dia e horário para citar o indiciado - vide modelo 71.4)

(Observação 2: em se tratando da segunda diligência, é recomendável verificar se o intermediário que recebeu o Presidente, membro ou secretário da comissão, anteriormente, entregou ao indiciado a notificação acerca do seu comparecimento para cumprimento do ato no dia e horário marcados).

71.2 Termo de terceira diligência

Timbre do Órgão

TERMO DE TERCEIRA DILIGÊNCIA
(Terceira tentativa de citação por hora certa)

Aos dias do mês de do ano de, às horas, na qualidade de (Presidente, membro ou secretário) da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), conforme deliberação consignada na Ata nº, de (dia) de (mês) de (ano), constante às fls. dos autos do processo acima referido, dirigi-me, pela terceira vez, ao, endereço residencial do servidor indiciado (nome do indiciado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), para efetuar sua citação, e, estando no local, às horas, fui atendido pelo Sr. (nome), que se identificou como (especificar vínculo da pessoa com o servidor, por exemplo: porteiro do prédio, esposa, vizinho) do indiciado. Informou ao signatário que: (exemplo: comunicou ao indiciado acerca do comparecimento do signatário para cumprimento do ato no dia anterior e do horário marcado, conforme estabelecido; que o indiciado não se encontrava no local naquele momento; não sabe informar o horário de seu retorno; outras informações relevantes). Na oportunidade, a pessoa intermediária Sr. (nome) foi cientificada de que deverá informar ao indiciado que o signatário retornará, pela última vez, amanhã ou no dia do mês de do ano de, às horas, para realização do ato de citação. Na impossibilidade de cumprimento, dei por encerrada a diligência.

_____ (Assinatura) _____
(Nome do Presidente/membro/secretário da comissão)

(Observação 1: é recomendável que o Presidente, membro ou secretário da comissão deixe com a pessoa intermediária uma notificação informando que esteve no local e que retornará em determinado dia e horário para citar o indiciado - vide modelo 71.4)

(Observação 2: é recomendável verificar se o intermediário que recebeu o Presidente, membro ou secretário da comissão, anteriormente, entregou ao indiciado a notificação acerca do seu comparecimento para cumprimento do ato no dia e horário marcados).

71.3 Termo de diligência e de citação por hora certa

Timbre do Órgão

TERMO DE DILIGÊNCIA E DE CITAÇÃO POR HORA CERTA

Aos dias do mês de do ano de, às horas, na qualidade de (Presidente, membro ou secretário) da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), conforme deliberação consignada na Ata nº, de (dia) de (mês) de (ano), constante às fls. dos autos do processo acima referido, dirigi-me ao, endereço residencial do servidor indiciado (nome do indiciado) (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), para efetuar sua citação, e, estando no local, às horas, fui atendido pelo Sr. (nome), que se identificou como (especificar vínculo da pessoa com o servidor, por exemplo: porteiro do prédio, esposa, vizinho) do indiciado. Informou ao signatário que: (exemplo: comunicou ao indiciado acerca do comparecimento do signatário para cumprimento do ato nos dias anteriores e dos horários marcados, conforme estabelecido; que o indiciado não se encontrava no local naquele momento; não sabe informar o horário de seu retorno; não sabe informar se há justificativa para a ausência do indiciado; outras informações relevantes).

Diante dos fatos certificados no presente Termo e nos Termos de Diligência de fls.,,, (informar as folhas dos anteriores termos de diligência de tentativa de citação por hora certa) e considerando que (indicar as circunstâncias que levam a crer que o indiciado está se ocultando), motivos que denotam que o indiciado está se ocultando para não ser citado, foi EFETIVADA A CITAÇÃO POR HORA CERTA do servidor (nome do indiciado), realizando-se a entrega do mandado de citação (cópias de fls. / dos autos) ao Sr.

..... (nome), (especificar o vínculo da pessoa com o servidor, por exemplo: porteiro do prédio, esposa, vizinho), Carteira de Identidade nº, CPF nº, os quais deverão ser entregues ao servidor indiciado. Dei por encerrada a diligência.

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente/membro/secretário da comissão)

(Observação: o Presidente, membro ou secretário da comissão deixará com a pessoa intermediária a contrafé do mandado de citação para ser entregue ao indiciado - vide modelo 72)

71.4 Notificação a ser entregue ao indiciado pela pessoa intermediária

Timbre do Órgão

NOTIFICAÇÃO

O Presidente/membro/secretário da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), NOTIFICA a Vossa Senhoria, Sr. (nome do indiciado) (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), que esteve no endereço, e, deixando a presente notificação com o Sr. (nome), (especificar o vínculo da pessoa com o servidor, por exemplo: porteiro do prédio, esposa, vizinho), Carteira de Identidade nº, CPF nº, informa que retornará neste mesmo endereço amanhã (ou no dia do mês de do ano de), às horas, para realização do ato de citação.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____ (Assinatura)
 (Nome do Presidente/membro/secretário da comissão)

Declaro que recebi a Notificação para ser entregue ao servidor indiciado (nome).
--

(Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____ (Assinatura) (Nome da pessoa intermediária)
--

72. Mandado de citação por hora certa

Timbre do Órgão

MANDADO DE CITAÇÃO POR HORA CERTA

Ao Senhor

..... (nome, cargo, órgão de lotação, matrícula funcional e endereço residencial do indiciado)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), nos termos do art. 161, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, CITA Vossa Senhoria, por hora certa, para apresentar, na sede de instalação da Comissão Processante, no prazo de 10 (dez) dias, DEFESA ESCRITA, em relação aos fatos que lhe foram imputados no termo de indicição, sob pena de revelia.

Informo que a contrafé foi entregue ao Sr. (nome), (especificar vínculo da pessoa com o servidor, por exemplo: porteiro do prédio, esposa, vizinho, etc.), Carteira de Identidade nº, CPF nº

Fica Vossa Senhoria ciente de que a Comissão está instalada no (informar o endereço), sendo-lhe assegurado vista dos respectivos autos neste local, em dias úteis (se outro, especificar), no horário das às

A Comissão enviará comunicação por carta ou outro meio idôneo, cientificando-lhe desta citação.

Na oportunidade, cientifico Vossa Senhoria de que deverá comunicar à Comissão Processante o lugar onde poderá ser encontrado, caso mude de residência, nos termos do art. 162 da Lei nº 8.112, de 1990.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

Declaro que recebi cópia deste Mandado de Citação por Hora Certa para ser entregue ao servidor indiciado (nome).

(Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome da pessoa que receber a citação)

(Observação: a contrafé deste Mandado deve ser entregue à pessoa intermediária para ser entregue ao indiciado. Caso a pessoa se recuse a receber ou a assinar a via que será juntada aos autos, o responsável pela citação certificará tal ocorrência).

73. Comunicação de citação por hora certa

Timbre do Órgão

COMUNICAÇÃO DE CITAÇÃO POR HORA CERTA

Ao Senhor

..... (nome, cargo, órgão de lotação, matrícula funcional e endereço residencial do indiciado)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), comunica que Vossa Senhoria, na condição de indiciado, foi CITADO por hora certa em (dia) de (mês) de (ano), na pessoa do Sr. (nome), (especificar vínculo da pessoa com o servidor, por exemplo: porteiro do prédio, esposa, vizinho), Carteira de Identidade nº, CPF nº, para apresentar, na sede de instalação da Comissão Processante, no prazo 10 (dez) dias, contados da data da entrega desta comunicação, DEFESA ESCRITA, em relação aos fatos que lhe foram imputados no Termo de Indiciação, sob pena de revelia.

Informo que a contrafé foi entregue ao Sr. (nome), (especificar vínculo da pessoa com o servidor, por exemplo: porteiro do prédio, esposa, vizinho, etc.), Carteira de Identidade nº, CPF nº

Fica Vossa Senhoria ciente de que a Comissão está instalada no (informar o endereço), sendo-lhe assegurado vista dos respectivos autos neste local, em dias úteis (*se outro, especificar*), no horário das às Segue em anexo cópia dos termos de diligências e de citação por hora certa exarados.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

74. Mandado de citação dirigido ao procurador do indiciado

Timbre do Órgão

MANDADO DE CITAÇÃO

Ao Senhor

..... [nome, número de inscrição na OAB (se for o caso) e endereço do procurador do indiciado]

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), com fulcro no art. 161, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no instrumento de mandato que lhe confere poderes especiais para este ato (fls.), CITA o servidor indiciado (nome), na pessoa de Vossa Senhoria, para apresentar, no prazo 10 (dez) dias (*ou 20 dias, havendo mais de um indiciado, nos termos do art. 161, §2º, da Lei nº 8.112, de 1990*), contados do recebimento deste, DEFESA ESCRITA em relação aos fatos imputados ao indiciado (nome), conforme termo de indicição, cuja cópia segue anexa, sob pena de revelia, sendo-lhe assegurado vista dos respectivos autos na sede da instalação Comissão em dias úteis (*se outro, especificar*), no horário das às

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

Anexos: cópia dos autos do processo em referência (da fl. à fl.), inclusive seus anexos e/ou apensos e Termo de Indiciação.

Recebi o mandado de citação e documentos anexos.

(Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____ (Assinatura) _____
(Nome e assinatura do procurador do indiciado)

(Observação: este modelo se refere à hipótese de o indiciado possuir procurador constituído nos autos com poderes expressos para receber citação).

75. Termo de revelia

Timbre do Órgão

TERMO DE REVELIA

Na qualidade de Presidente do(a) (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), declaro, conforme deliberado na Ata nº, de (dia) de..... (mês) de (ano) (fls.), nos termos do art. 164 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a REVELIA do servidor (nome do acusado), matrícula funcional nº, em razão de não ter apresentado defesa em face das acusações constantes do termo de indicição de fls. até o dia de (dia) de (mês) de (ano), prazo final para a realização do referido ato processual, não obstante a sua regular citação em (dia) de (mês) de (ano), conforme ciente aposto à fl.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

 (Assinatura)

 (Nome do Presidente da comissão)

76. Solicitação de designação de defensor dativo

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Excelência o Senhor (ou Ao Senhor)

..... (nome, cargo e endereço da autoridade instauradora)

Assunto: Solicitação de defensor dativo

Excelentíssimo Sr. (ou Senhor) (cargo da autoridade instauradora),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) por Vossa Excelência (ou Vossa Senhoria) por intermédio da Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), solicito que seja nomeado defensor dativo, nos termos do § 2º do art. 164 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, considerando que o servidor (nome do acusado), matrícula funcional nº, ora indiciado pela presente Comissão, não atendeu à citação para apresentar, no prazo legal, a respectiva defesa escrita.

Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

77. Portaria de designação de defensor dativo

Timbre do Órgão

Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano)

O (cargo da autoridade instauradora), no uso da atribuição que lhe confere o art. 164, § 2º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista a solicitação formulada pelo Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), resolve:

Art. 1º Designar (nome), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, para, sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o encargo de defensor dativo do acusado (nome), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, no processo administrativo acima indicado, para apresentar defesa escrita, podendo requerer à Comissão Processante eventuais providências relacionadas diretamente a esta atividade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

_____ (Assinatura) _____
(Nome da autoridade)

Publicado no (Boletim de Serviço ou de Pessoal) nº, de/...../..... (data).
--

78. Relatório final

Timbre do Órgão

RELATÓRIO FINAL

Processo Administrativo Disciplinar (ou Sindicância) nº

Acusado:

I. INTRODUÇÃO

1. Trata-se do (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) do (órgão responsável pela publicação da portaria) nº, de (dia) de (mês) de (ano), tendo por objetivo apurar a atuação funcional do servidor (nome), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), que, conforme consignado no Processo nº, teria supostamente praticado a seguinte irregularidade: (indicar, de forma sucinta, a suposta irregularidade).

2. No curso do processo ocorreram sucessivas prorrogações e reconduções da Comissão Processante, nos termos das portarias a seguir relacionadas: Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de Serviço (ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano) (fls.); Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de Serviço (ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano) (fls.).

(Observação: é recomendável que sejam indicadas todas as portarias publicadas no decorrer do processo).

3. No estrito cumprimento das atribuições fixadas pelas portarias especificadas no item anterior do presente Relatório, constata-se que os atos produzidos pela Comissão foram realizados tempestivamente, com amparo nas designações e reconduções realizadas pelo Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), conforme o prazo legal previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

II. FATOS QUE ORIGINARAM A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DICIPLINAR (OU SINDICÂNCIA)

4. O presente (processo administrativo disciplinar ou sindicância) originou-se do (Ofício, Memorando, Nota Técnica, etc.) nº, de (dia) de (mês) de (ano) (fls. do Processo nº), da lavra do (indicar a autoridade ou servidor signatário), que encaminhou ao (indicar o órgão instaurador) informações acerca de possível irregularidade funcional atribuída ao servidor (nome do acusado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão).

5. Para melhor compreensão do tema, transcreve-se o seguinte trecho do mencionado documento (ou, em síntese, o mencionado documento informa que):
.....

III. INSTRUÇÃO PROCESSUAL

6. A comissão processante iniciou seus trabalhos em (dia) de (mês) de (ano), conforme se infere na Ata de Instalação e Deliberações da Comissão colacionada às fls., tendo adotado como providências iniciais: [indicar as providências adotadas; exemplos: a comunicação de instalação ao (cargo da autoridade instauradora) (fls.); a designação do servidor, (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), como Secretário da Comissão; solicitação ao órgão de recursos humanos/gestão de pessoas a cópia dos assentamentos funcionais do servidor acusado, etc.].

7. Em seguida, a Comissão Processante notificou o servidor acusado em (dia) de (mês) de (ano) (fls.), dando-lhe plena ciência dos documentos que embasaram a instauração do presente (processo administrativo disciplinar ou sindicância), além de ter-lhe fornecido cópia das fls. a dos autos.

8. O acusado apresentou defesa prévia em (dia) de (mês) de (ano) (fls.), ocasião na qual requereu a produção de prova (informar as provas requeridas pelo acusado; exemplos: testemunhal, pericial), trazendo em anexo cópia dos documentos a seguir relacionados: (especificar).
9. Nos termos da Ata de Deliberação nº, de (dia) de (mês) de (ano), constante às fls. dos autos, foram expedidos os ofícios (especificar os ofícios expedidos e os órgãos destinatários) e determinadas as seguintes providências: (especificar).
10. Posteriormente, a Comissão Processante designou as datas das oitivas das testemunhas, tendo sido o acusado devidamente intimado acerca de tal ato em (dia) de (mês) de (ano) (fls.).
11. Prosseguindo no feito, a Comissão Processante promoveu a oitiva das testemunhas a seguir mencionadas, (indicar: na presença do acusado e de seu procurador constituído ou ausente o acusado, embora regularmente intimado): servidor (nome da testemunha), (cargo); servidor (nome da testemunha), (cargo); servidor (nome da testemunha), (cargo); etc.
12. Foram produzidas outras provas consubstanciadas em:
13. O acusado foi intimado acerca da data da realização do interrogatório em (dia) de (mês) de (ano) (fls.).
14. O interrogatório do acusado foi realizado em (dia) de (mês) de (ano), na presença do procurador constituído (*se for o caso*) (fls.).
15. Posteriormente, a Comissão Processante se reuniu e deliberou por (elaborar o Termo de Indiciação do acusado, enquadrando suas condutas no(s) art(s). da Lei nº 8.112, de 1990) ou (não promover a indicição do acusado) (fls.).
16. A citação do acusado foi realizada em (dia) de (mês) de (ano) (fls.), sendo-lhe aberto o prazo para apresentação de defesa escrita.
17. O acusado apresentou defesa escrita tempestivamente, em (dia) de (mês) de (ano) (fls.).
18. A Comissão Processante elaborou o Relatório Final em (dia) de (mês) de (ano) (fls.), sugerindo o(a):

(arquivamento dos autos)

ou

[aplicação da penalidade – *indicar a penalidade*, nos termos do art., em face da violação ao(s) artigo(s), todos Lei nº 8.112, de 1990].

(Observação: especificar as normas violadas).

(Observação: a comissão processante deve elencar todos os atos e incidentes processuais).

IV. ANÁLISE DAS PROVAS E DEFESA ESCRITA

19. A Comissão Processante procedeu aos seguintes atos instrutórios, tendo apurado que:....., conforme indicado no Termo de Indiciação.

20. A defesa do acusado apresentou os seguintes argumentos:

21. Analisadas as provas em cotejo com a defesa, pode-se concluir que:

(Observação: neste tópico, deve a comissão processante analisar pormenorizadamente as provas, indicando as conclusões que delas se pode extrair, bem como as teses alinhavadas pela defesa escrita, abordando, em linhas gerais, os aspectos a seguir elencados:

a) conclusão que se extrai das provas produzidas, com indicação das folhas dos autos correspondentes;

b) conteúdo do termo de indicição, se houver;

c) apreciação das questões preliminares referidas na defesa;

d) análise de cada argumento de mérito aduzido pela defesa, com base nas provas juntadas, para refutá-los ou acatá-los com a devida motivação;

e) entendimento conclusivo e fundamentado pela absolvição ou responsabilidade do servidor quanto ao fato descrito no termo de indiciamento;

Obs.1) em caso de absolvição: fundamentação pelo arquivamento do processo administrativo disciplinar;

Obs.2) em caso de responsabilização do indiciado: indicação do dispositivo legal ou regulamentar transgredido, da natureza e gravidade da infração cometida, dos danos ocasionados no serviço público, das circunstâncias agravantes ou atenuantes e dos antecedentes funcionais do indiciado).

V. CONCLUSÃO

22. Ante o exposto, [verificar a propositura aplicável ao caso concreto:

diante da ausência de fatos capazes de configurar falta funcional por parte do servidor (nome do acusado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no órgão, esta Comissão Processante propõe o arquivamento do presente (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)].

ou

[considerando que o conjunto probatório acostado aos autos demonstrou, de forma cabal, que o servidor (nome do acusado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no órgão, cometeu a(s) infração(ões) prevista(s) no(s) artigo(s) da Lei nº 8112, de 1990, sugere-se a aplicação da penalidade de (indicar a penalidade), conforme preceitua o art. da Lei nº 8.112, de 1990].

23. Propõe-se, ainda, a adoção das seguintes medidas visando à melhoria da gestão administrativa do (especificar o órgão).

(Observação: neste tópico, a comissão processante deve elencar, se houver, todas as recomendações e sugestões visando à melhoria da gestão administrativa do órgão público).

24. Por fim, sugere a Comissão Processante os seguintes encaminhamentos adicionais:

(Observação: neste tópico, a comissão processante deve elencar, se for o caso, os encaminhamentos, de acordo com a necessidade verificada durante a instrução processual, como, por exemplo, remessa de cópia digitalizada do processo disciplinar ou parte dele a determinados órgãos públicos).

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

_____(Assinatura)_____
(Nome do membro da comissão)

79. Ofício de remessa dos autos à autoridade instauradora

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Excelência o Senhor (ou Ao Senhor)

..... (nome, cargo e endereço da autoridade instauradora)

Assunto: Devolução dos autos do Processo nº com o Relatório Final

Excelentíssimo Senhor (ou Senhor) (cargo da autoridade instauradora),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurada pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), de Vossa Excelência (ou Vossa Senhoria), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) do nº, de (dia) de (mês) de (ano), em virtude do encerramento dos trabalhos apuratórios, remeto os autos do processo administrativo, com (indicar quantidade) volumes, (indicar quantidade), apensos sob nº....., e mais (indicar quantidade) anexos, contendo o Relatório Final com as conclusões da Comissão Processante, nos termos do disposto no art. 166 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Atenciosamente,

(Assinatura)

(Nome do Presidente da comissão)

80. Julgamento pelo arquivamento dos autos do processo

Timbre do Órgão

JULGAMENTO

Aprovo o Parecer Jurídico nº/..... e adoto seus fundamentos para, considerando o que consta no(a) (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº

[Acolher o Relatório Final da Comissão Processante para]

ou

[Não acolher o Relatório Final da Comissão Processante, considerando as razões expostas na citada manifestação jurídica e] determinar o arquivamento dos autos.

Restitua-se o processo ao (órgão instaurador), para ciência desta decisão ao (nome do acusado), (cargo), lotado no (órgão), matrícula funcional nº e demais providências.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

(Assinatura)

(Nome da autoridade)

(Observação: os modelos de julgamento apresentados neste trabalho se referem à hipótese de julgamento cuja motivação se encontra no parecer jurídico).

81. Julgamento pela aplicação de penalidade

Timbre do Órgão

JULGAMENTO

Aprovo o Parecer Jurídico nº/..... e adoto seus fundamentos para, considerando o que consta no(a) (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº

Aplicar a penalidade de (especificar) ao servidor (nome do indiciado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), com fundamento no (especificar dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e/ou dispositivos de outras normas, se houver).

Restitua-se o processo ao (órgão instaurador), para dar ciência ao servidor e demais providências, inclusive aquelas indicadas nos itens e do referido Parecer (*se for o caso*).

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

(Assinatura)

(Nome da autoridade)

82. Portaria de aplicação de penalidade

Timbre do Órgão

Portaria nº....., de (dia) de (mês) de (ano)

O (cargo da autoridade instauradora), no uso das atribuições previstas no (indicar dispositivo de norma que estabelece a competência para proferir decisão e aplicar penalidade), com fundamento no (indicar dispositivo referente à pena a ser aplicada; exemplos: art. 129, 130 ou 132) da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em conformidade com as razões expostas no Parecer Jurídico nº/..... e considerando o que consta do(a) (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de (especificar) ao servidor (nome do indiciado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), em razão de ter cometido a infração de, prevista no (especificar dispositivo violado da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e/ou de outras normas, se for o caso).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinatura)

(Nome da autoridade)

Publicado no Boletim (de Serviço ou de Pessoal) nº, de/...../..... (data).
--

83. Julgamento pela impossibilidade de aplicar penalidade

Timbre do Órgão

JULGAMENTO

Aprovo o Parecer Jurídico nº/..... e adoto seus fundamentos para, considerando o que consta no(a) (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº

[Acolher o Relatório Final da Comissão Processante para]

ou

[Não acolher o Relatório Final da Comissão Processante, diante das razões expostas na citada manifestação jurídica e]

reconhecer que (nome do servidor indiciado), (cargo), matrícula funcional nº....., cometeu a infração de, prevista no (especificar dispositivo violado da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e/ou de outras normas, se for o caso), ficando sujeito à penalidade de (especificar a penalidade disciplinar que seria aplicada), que deixará de ser executada em razão de (especificar a razão da impossibilidade de aplicar a referida penalidade; exemplos: ocorrência de prescrição, decisão judicial obstando a aplicação de penalidade, se tratar de advertência ou suspensão de aposentado, etc.), consoante o disposto no art. da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Restitua-se o processo ao (órgão instaurador), para dar ciência ao servidor e demais providências, inclusive aquelas indicadas nos itens e do referido Parecer (*se for o caso*).

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

(Assinatura)

(Nome da autoridade)

84. Julgamento pela declaração de nulidade total ou parcial do processo e necessidade de refazimento dos trabalhos da comissão processante

Timbre do Órgão

JULGAMENTO

Aprovo o Parecer Jurídico nº/..... e adoto seus fundamentos para, considerando o que consta no(a) (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº

Rejeitar o Relatório Final elaborado pelos membros da Comissão Processante e declarar, com fundamento no art. 169, *caput*, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a nulidade (parcial ou total) do referido processo, tendo em vista a ocorrência de vício insanável, e, por consequência, determinar a instauração de novo(a) (processo administrativo disciplinar ou sindicância) para refazimento dos trabalhos a partir da data/...../..... [ou do ato de (especificar)].

Restitua-se o processo ao (órgão instaurador), para dar conhecimento ao servidor e demais providências, inclusive aquelas indicadas nos itens e do referido Parecer (*se for o caso*).

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

(Assinatura)

(Nome da autoridade)

85. Conversão do julgamento em diligência

Timbre do Órgão

JULGAMENTO

Aprovo o Parecer Jurídico nº/..... e adoto seus fundamentos para, considerando o que consta no(a) (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº

Rejeitar o Relatório Final elaborado pelos membros da Comissão Processante e, com base nos fundamentos contidos no Parecer supramencionado, converter o julgamento em diligência com vistas à implementação das providências indicadas nos itens e da referida manifestação jurídica.

Restitua-se o processo ao (órgão instaurador), para dar conhecimento ao servidor e adotar demais providências.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

(Assinatura)
(Nome da autoridade)

86. Requerimento da comissão processante de instauração de incidente de sanidade mental

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Excelência o Senhor (ou Ao Senhor)

..... (nome, cargo e endereço da autoridade instauradora)

Assunto: Solicitação de perícia médica oficial.

Excelentíssimo Senhor (ou Senhor) (cargo da autoridade instauradora),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), de Vossa Excelência (ou Vossa Senhoria), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), e com fundamento no art. 160 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, solicito providências no sentido de que o servidor (nome), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), seja examinado por Junta Médica Oficial, composta por, pelo menos, por um médico psiquiatra.

Conforme se depreende dos autos supramencionados, (narrativa, em resumo, dos fatos apurados).

Inobstante, há fundada dúvida da Comissão acerca da sanidade mental do servidor, conforme registrado na Ata nº, de (dia) de (mês) de (ano), cópia anexa, pelo que se verifica do (fazer uma descrição sucinta dos documentos que embasam a suspeita da Comissão a esse respeito, como, por exemplo:

histórico médico apresentado, depoimento de testemunhas, histórico funcional do acusado noticiando desvios de comportamento que denotam falta de sanidade mental, dentre outros).

Passo a apontar os quesitos que deverão ser apreciados pela perícia ora solicitada (exemplos):

- a) O servidor é portador de alguma doença mental?
- b) Em caso positivo, qual a sua classificação?
- c) O periciando possui indicativos de desenvolvimento mental incompleto ou retardado?
- d) Ao tempo do fato imputado, o servidor, em razão de doença mental, era **inteiramente** incapaz de entender o caráter ilícito da sua conduta ou de determinar-se de acordo com esse entendimento?
- e) Ao tempo do fato imputado, o servidor, em razão de doença mental, era **parcialmente** incapaz de entender o caráter ilícito da sua conduta ou de determinar-se de acordo com esse entendimento?
- f) O servidor apresenta atualmente alguma doença mental que o impossibilita de participar dos atos da Comissão, especialmente de ser interrogado sobre os fatos apurados no processo disciplinar?
- g) Outros esclarecimentos julgados pertinentes pelos peritos.

Informo, ainda, que esta Comissão encontra-se instalada no (indicar local de instalação da comissão processante), situada no (endereço), podendo ser contatada no seguinte telefone: e endereço eletrônico: (*se houver*).

Atenciosamente,

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

87. Solicitação da autoridade instauradora de perícia médica ao órgão de serviço de saúde

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

A Sua Senhoria o Senhor

..... (nome, cargo e endereço do chefe do órgão de serviço de saúde)

Assunto: Solicitação de perícia médica oficial.

Senhor (cargo do chefe do órgão de serviço de saúde),

Considerando as razões apresentadas pelo Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, por meio do Ofício nº, de (dia) de (mês) de (ano), cópia anexa, solicito a Vossa Senhoria, com fundamento no art. 160 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que o servidor (nome do acusado), (cargo), matrícula funcional nº, seja examinado por Junta Médica Oficial de serviço de saúde desse Órgão, para que sejam respondidos os quesitos apresentados pela referida Comissão Processante constantes do citado documento.

Atenciosamente,

_____(Assinatura)_____
(Nome da autoridade instauradora)

88. Intimação ao acusado/procurador informando a instauração de incidente de sanidade mental

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

..... (nome e endereço do acusado/procurador)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), informa a Vossa Senhoria a instauração do Processo Administrativo nº....., cópia anexa, com o propósito específico de submetê-lo (ou submeter o acusado, *em caso da intimação dirigida ao procurador*) à perícia por Junta Médica Oficial. Na forma do art. 156 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, fica Vossa Senhoria INTIMADO para apresentar, caso deseje, quesitos complementares àqueles enviados pela Comissão, com vistas à perícia ora solicitada, no prazo de dias.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____ (Assinatura) _____
(Nome do Presidente da comissão)

Recebi.
(Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).
_____ (Assinatura) _____
(Nome e assinatura do acusado/procurador)

89. Requerimento da comissão processante de afastamento preventivo do acusado

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Excelência o Senhor (ou Ao Senhor)

..... (nome, cargo e endereço da autoridade instauradora)

Assunto: Solicitação de afastamento preventivo.

Excelentíssimo Senhor (ou Senhor) (cargo da autoridade instauradora),

Na qualidade de Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) por Vossa Excelência (ou Vossa Senhoria) por intermédio da Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), com fundamento no art. 147 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, solicito seja determinado o afastamento preventivo do servidor acusado (nome), (cargo), matrícula funcional nº, em face das considerações a seguir expostas.

Conforme se depreende dos autos supramencionados, (narrativa, em resumo, dos fatos apurados).

A Comissão entende que a permanência do acusado exercendo suas funções públicas em seu local de trabalho poderá impactar negativamente na regular apuração dos fatos, consoante motivação expressa na Ata nº, de (dia) de (mês) de (ano), cópia anexa.

(Observação: caso não tenha sido objeto de deliberação em Ata, descrever sucintamente as circunstâncias que indicam a necessidade do afastamento preventivo, tais como: a)

testemunhas se sentem constrangidas com a presença do acusado, dado o seu grau de influência ou posição hierárquica no órgão; b) possibilidade de destruição e ou/manipulação de provas de qualquer espécie; c) possibilidade de o acusado continuar praticando irregularidades no órgão de exercício; d) possibilidade de extravio de documentos relacionados aos fatos investigados; e) possibilidade de acesso indevido a banco de dados ou sistemas informatizados; f) qualquer outra circunstância que, no entender da comissão, possa igualmente prejudicar o andamento normal da apuração disciplinar).

Diante do exposto, no exercício da missão que lhe foi confiada, esta Comissão Processante conclui pela existência de elementos suficientes para se decretar a medida cautelar ora requerida, oportunidade em que se coloca à disposição de Vossa Excelência (ou Vossa Senhoria) para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

90. Portaria de afastamento preventivo

Timbre do Órgão

Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano)

O (cargo da autoridade instauradora), no uso das suas atribuições, com fundamento no artigo 147 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista as razões apresentadas pela Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, resolve:

Art. 1º Determinar o afastamento do servidor (nome do acusado), (cargo), matrícula funcional nº, lotado no (órgão), do exercício do respectivo cargo público, pelo prazo de dias (especificar, sendo o máximo de 60 dias, prorrogável por igual período), sem prejuízo da remuneração, a fim de que, como acusado, não venha a influir na apuração dos fatos objeto do processo em referência.

Art. 2º O servidor afastado deverá permanecer à disposição da Comissão Processante, no período acima consignado, e deverá indicar endereço, telefone e outros meios de contato suficientes para que possa ser encontrado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

(Assinatura)
(Nome da autoridade)

Publicado no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de/...../..... (data).

91. Intimação do acusado informando o afastamento preventivo

Timbre do Órgão

INTIMAÇÃO

Ao Senhor

..... (nome e endereço do acusado/procurador)

O Presidente da Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância) nº, instaurado(a) pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), INTIMA Vossa Senhoria do afastamento preventivo determinado pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), cópia anexa.

Na oportunidade, ciente Vossa Senhoria de que deverá permanecer à disposição da Comissão Processante, no período do afastamento, e deverá indicar endereço, telefone e outros meios de contato suficientes para que possa ser encontrado.

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome do Presidente da comissão)

Ciente em (dia) de (mês) de (ano).
--

_____(Assinatura)_____ (Nome do acusado/procurador (nº OAB))

92. Comunicação ao chefe imediato do acusado acerca do afastamento preventivo

Timbre do Órgão

Ofício nº – Comissão de (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância)

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

À Sua Senhoria o Senhor

..... (nome, cargo e endereço do chefe imediato do acusado)

Assunto: Comunicação de afastamento preventivo.

Senhor (cargo do chefe imediato do acusado),

Comunico a Vossa Senhoria o afastamento preventivo do servidor (cargo), matrícula funcional nº, lotado no(a) (órgão), na forma determinada pela Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano), do Exmo. Sr. (cargo da autoridade instauradora), publicada no Boletim de (Serviço ou de Pessoal) nº, de (dia) de (mês) de (ano), cópia anexa.

Atenciosamente,

_____ (Assinatura) _____
(Nome do Presidente da comissão)

Ciente. Cidade/UF, (dia) de (mês) de (ano). _____ (Assinatura) _____ (Nome do chefe do acusado)
--

93. Portaria instauradora de sindicância investigativa

Timbre do Órgão

Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano)

O (cargo da autoridade instauradora), no uso das atribuições previstas no (indicar dispositivo de norma que estabelece a competência para instaurar o processo administrativo disciplinar), e tendo em vista o disposto no artigo 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar (indicar o nome do servidor designado presidente da comissão), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº; (nome do servidor designado membro da comissão), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância Investigativa destinada a apurar, no prazo de dias (indicar número), os fatos de que trata o Processo nº....., bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinatura)

(Nome da autoridade instauradora)

Publicado no Boletim (de Serviço ou de Pessoal) nº, de/...../..... (data).
--

(Observação: nos termos da Portaria CGAU/AGU nº 128, de 23 de março de 2011, publicada no Boletim de Serviço nº 12, de 25 de março de 2011, a sindicância investigativa, instaurada no âmbito da Advocacia-Geral da União, será conduzida por um ou mais servidores).

94. Termo de opção - acumulação ilegal de cargos

Timbre do Órgão

TERMO DE OPÇÃO

Ao Senhor

..... (nome e endereço do servidor)

O (cargo da autoridade), com fundamento no art. 133 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, INTIMA Vossa Senhoria para, no prazo improrrogável de 10 dias, contados do recebimento desta, optar por um dos cargos acumulados ilegalmente, em face dos fatos constantes no Processo Administrativo nº

Ressalto que, caso Vossa Senhoria não apresente a opção no prazo supramencionado, será instaurado processo administrativo disciplinar visando à apuração de suposta acumulação ilegal de cargos.

Informo que lhe é assegurado vista dos respectivos autos no seguinte endereço:

..... (Cidade/UF), (dia) de (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____
(Nome e cargo da autoridade)

Recebi: Cidade/UF, (dia) de..... (mês) de (ano).

_____(Assinatura)_____ (Nome e assinatura do servidor)

95. Portaria instauradora - acumulação ilegal de cargos

Timbre do Órgão

Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano)

O (cargo da autoridade instauradora), no uso das atribuições previstas no (indicar dispositivo de norma que estabelece a competência para instaurar o processo administrativo disciplinar), e tendo em vista o disposto nos artigos 133, 143 e 148 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar (indicar o nome do servidor designado presidente da comissão), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº e (nome do servidor designado membro da comissão), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de rito sumário, destinada a apurar, no prazo de dias (indicar número, máximo de 30 dias), possível prática da infração disciplinar de acumulação ilegal de cargos atribuída a (nome do servidor que responderá ao processo administrativo disciplinar), matrícula funcional nº, cuja materialidade se configura pelo provimento dos cargos de (descrever os cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal), junto ao (mencionar os órgãos ou entidades de vinculação), ocorridas em (indicar as datas de ingresso nos respectivos cargos), com horário de trabalho estabelecido em (indicar os horários de trabalho em ambos os cargos), sob o regime de (indicar os correspondentes regimes jurídicos; exemplos: celetista, estatutário, de contrato temporário), conforme consta no Processo Administrativo nº..... .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

_____(Assinatura)_____
(Nome da autoridade instauradora)

Publicado no Boletim (de Serviço ou de Pessoal) nº, de/...../..... (data).

96. Portaria instauradora - abandono de cargo

Timbre do Órgão

Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano)

O (cargo da autoridade instauradora), no uso das atribuições previstas no (indicar dispositivo de norma que estabelece a competência para instaurar o processo administrativo disciplinar), e tendo em vista o disposto nos artigos 133, 138, 140, 143 e 148 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar (indicar o nome do servidor designado presidente da comissão), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº e (nome do servidor designado membro da comissão), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de rito sumário destinada a apurar, no prazo de dias (indicar número, máximo de 30 dias), possível prática da infração funcional de abandono de cargo atribuída a (nome do servidor que responderá ao processo administrativo disciplinar), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, em virtude de sua ausência ininterrupta ao serviço, por 30 dias, no período de (dia) de (mês) de (ano) até o (dia) de (mês) de (ano) (ou até a presente data, se for o caso), conforme consta no Processo Administrativo nº..... .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Assinatura)

(Nome da autoridade instauradora)

Publicado no Boletim (de Serviço ou de Pessoal) nº, de/...../..... (data).
--

97. Portaria instauradora - inassiduidade habitual

Timbre do Órgão

Portaria nº, de (dia) de (mês) de (ano)

O (cargo da autoridade instauradora), no uso das atribuições previstas no (indicar dispositivo de norma que estabelece a competência para instaurar o processo administrativo disciplinar), e tendo em vista o disposto nos artigos 133, 139, 140, 143 e 148 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar (indicar o nome do servidor designado presidente da comissão), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº e (nome do servidor designado membro da comissão), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de rito sumário, destinada a apurar, no prazo de dias (indicar número, máximo de 30 dias), possível prática da infração funcional de inassiduidade habitual atribuída a (nome do servidor que responderá ao processo administrativo disciplinar), (cargo) do quadro de pessoal do (órgão), matrícula funcional nº, em virtude de sua ausência injustificada ao serviço nas seguintes datas, perfazendo um total de dias (indicar número, igual ou superior a 60 dias, interpoladamente), durante o período de doze meses, conforme consta no Processo Administrativo nº..... .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

_____ (Assinatura) _____
(Nome da autoridade instauradora)

Publicado no Boletim (de Serviço ou de Pessoal) nº, de/...../..... (data).
--